

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS  
S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias  
individuais e consolidadas  
Em 30 de junho de 2023

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Em 30 de junho de 2023

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

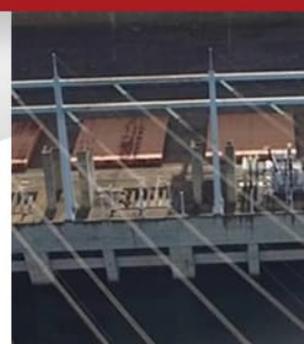
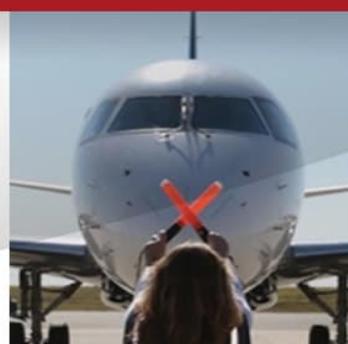
Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método Indireto

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas



## COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO

### INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30.06.2023

A Companhia divulga suas Informações Trimestrais de acordo se tratar de uma controlada em conjunto (*joint venture*), conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 19 (R2) / IFRS (11) – Negócios em conjunto e, portanto, seus resultados são apresentados como Resultado de Equivalência Patrimonial.

Assim, as demonstrações contábeis consolidadas representam basicamente a posição patrimonial e os resultados da Controladora e das controladas do segmento rodoviário.

#### Receitas

A receita bruta consolidada alcançou R\$446,7 milhões, apresentando uma queda de 37,6% em relação ao resultado dos 6M22, devido a remuneração registrada do ativo financeiro da Triunfo Concebra, em virtude da assinatura do 2º termo aditivo do contrato. No 2º trimestre de 2022, foram registradas a atualização dos bens reversíveis depreciados/amortizados, atualizados pelo IPCA, desde a sua constituição até a data da assinatura do termo aditivo. Nesse sentido, nos meses subsequentes vem sendo realizada a atualização do ativo financeiro, considerando a variação do IPCA, bem como os efeitos de depreciação/amortização dos bens reversíveis.

Esse efeito, foi parcialmente compensado pelo aumento do tráfego de veículos passantes leves das concessionárias em 8,7% no primeiro semestre de 2023 em razão do maior fluxo de veículos de passeio decorrente do resquício da pandemia ocorrido até o primeiro semestre de 2022.

Como consequência, a receita líquida ajustada do 6M23, que exclui a receita de construção, atingiu R\$357,3 milhões, 43,7% menor quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

Receita Operacional (R\$ mil)	6M23	6M22	Δ
Arrecadação de Pedágio	385.854	359.518	7,3%
Construção de Ativos das Concessões	55.448	49.616	11,8%
Remuneração do Ativo Financeiro	104	303.967	-100,0%
Outras Receitas	5.262	2.630	100,1%
Receita Operacional Bruta (ROB)	446.668	715.731	-37,6%
Deduções da Receita Bruta	(33.938)	(31.421)	8,0%
Receita Operacional Líquida (ROL)	412.730	684.310	-39,7%
Construção de Ativos das Concessões	55.448	49.616	11,8%
Receita Operacional Líquida Ajustada	357.282	634.694	-43,7%



### Custos e despesas operacionais

Os custos operacionais consolidados, excluindo custos de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, atingiram R\$288,1 milhões no 6M23 (aumento de 38,4%) em função principalmente dos gastos (operação e manutenção e Custos com Pessoal) para cumprimento dos efeitos do 2º termo do aditivo do contrato para fins de relicitação da Triunfo Concebra.

Já as despesas operacionais consolidadas (excluindo depreciação e amortização e despesas não recorrentes) registraram R\$73,9 milhões, um aumento de 33,2% em relação a 6M22, em função do aumento das despesas gerais e administrativas decorrentes principalmente de maior despesa não recorrente da controlada Concer (aumento de aproximadamente R\$ 13,0 milhões).

<u>Custos Operacionais (R\$ mil)</u>	<u>6M23</u>	<u>6M22</u>	<u>Δ</u>
Operação e Manutenção das Rodovias	(210.961)	(142.506)	48,0%
Custo com Pessoal	(50.735)	(43.295)	17,2%
Obrigações da Concessão	(26.428)	(22.335)	18,3%
<b>Custo Operacional</b>	<b>(288.124)</b>	<b>(208.136)</b>	<b>38,4%</b>
Depreciação e Amortização	(75.754)	(90.292)	-16,1%
Custo de Construção	(54.824)	(49.280)	11,3%
Provisão para Manutenção - IAS 37	(339)	(420)	-19,3%
Custo Operacional Total	(419.041)	(348.128)	20,4%

<u>Despesas Operacionais (R\$ mil)</u>	<u>6M23</u>	<u>6M22</u>	<u>Δ</u>
Despesas Gerais e Administrativas	(43.416)	(29.788)	45,7%
Remuneração dos Administradores	(11.488)	(11.094)	3,6%
Despesas com Pessoal	(18.748)	(19.549)	-4,1%
Outras Receitas (Despesas) Administrativas	(206)	4.987	n/c
<b>Despesa Operacional</b>	<b>(73.858)</b>	<b>(55.444)</b>	<b>33,2%</b>
Depreciação e Amortização	(6.044)	(4.976)	21,5%
Resultado de Equivalência Patrimonial	22.079	18.904	16,8%
Despesas Não Recorrentes	(2.773)	(2.471)	12,2%
Despesa Operacional Total	(60.596)	(43.987)	37,8%

### Lucro (Prejuízo) Líquido

O Prejuízo Líquido foi de R\$144,8 milhões no 6M23, piora de 223,0 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao menor lucro operacional em função do cumprimento dos efeitos do 2º termo do aditivo do contrato para fins de relicitação da Triunfo Concebra. Adicionalmente foi observada uma queda nas despesas financeiras da Triunfo Concebra em função do menor IPCA observado em 2023 e da quitação da dívida de BRVias Holding em abril de 2022 que reduziu o montante das despesas financeiras para o primeiro semestre de 2023.

<u>Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)</u>	<u>6M23</u>	<u>6M22</u>	<u>Δ</u>
Lucro Operacional	(66.907)	292.195	n/c
Resultado Financeiro	(99.540)	(120.734)	-17,6%
Receitas Financeiras	4.024	8.518	-52,8%
Despesas Financeiras	(103.564)	(129.252)	-19,9%
Resultado Antes dos Impostos	(166.447)	171.461	n/c
Impostos Sobre Lucro	19.147	(95.272)	n/c
Impostos Correntes	(215)	(1.193)	-82,0%
Impostos Diferidos	19.362	(94.079)	n/c
Lucro (prejuízo) de operações em continuidade	(147.300)	76.189	n/c
Lucro (prejuízo) Líquido Consolidado do Período	(147.300)	76.189	n/c
Atribuível a:			
Acionistas Não Controladores	2.516	2.008	25,3%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(144.784)	78.197	n/c

## RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.  
São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Companhia" ou "TPI"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial intermediário individual e consolidado em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - *Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board* (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

## Ênfases

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para as Notas Explicativas nºs 1 e 14 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, indicam que a controlada direta Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A., e a investida indireta Aeroportos Brasil Viracopos S.A., apresentam exposição negativa de capital circulante líquido e/ou vêm descumprindo suas obrigações financeiras e também os planos de investimentos previstos em seus respectivos contratos de Concessão. A Administração da Companhia e de suas controladas vem desenvolvendo ações no sentido de mantê-las no curso normal de suas operações, realizando aportes de capital, alienação de ativos e implementando planos para recuperação extrajudicial, os quais tem sido objeto de contestação e não se encontram homologados em todas as instâncias requeridas, e discussões junto ao poder concedente, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Incertezas decorrentes de processos de arbitragens e relicitatório em curso, ações e negociações conduzidas por controladas, voltadas a obtenção do equilíbrio econômico e financeiro em controladas

Chamamos atenção para as Notas Explicativas nºs 1, 10, 14 e 28, que descrevem processos de arbitragem e relicitatório em curso, além de outras ações e negociações que vêm sendo conduzidas pela companhia e sociedades controladas diretas e indiretas, com o objetivo de obter o reequilíbrio econômico e financeiro de suas operações, através de ajustes aos contratos de concessão e adequação do perfil de endividamento à geração de caixa.

Esse conjunto de ações, ainda em curso, podem gerar desdobramentos e resultados que levem a necessidade de revisão futura, tanto por parte da Companhia como de suas controladas, das premissas até então adotadas e, conseqüentemente, a realização de ajustes prospectivos em suas demonstrações contábeis. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Realização de ativo financeiro - controlada Concebra

Chamamos atenção para os eventos informados nas Notas Explicativas nºs 1 e 10 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que descrevem tratamento contábil adotado na apresentação de saldos em decorrência do termo aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 004/2013 assinado em 18 de fevereiro de 2022 com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e estágio de verificação independente para definir o saldo de indenização a favor da controlada em decorrência de devolução da concessão. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Indenizações a receber aditivos

Conforme descrito na nota explicativa nº 6, a controlada direta Concebra mantém registrados créditos decorrentes da execução de obras da quarta faixa da BR-290/RS, autorizadas pela ANTT por meio do 13º aditivo contratual firmado entre as partes. A administração da Companhia exerceu julgamento relevante para mensuração, contabilização e classificação dos valores a receber, inclusive para estimar o prazo de sua realização. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.



## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de agosto de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/O-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos

Contador CRC 1 SP 166001/O-3

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16
--	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	19
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	20
----------------------------------	----



**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2023</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	44.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>44.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	623
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>623</b>



**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2023</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2022</b>
1	Ativo Total	831.980	985.348
1.01	Ativo Circulante	67.314	59.590
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	72	52
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de caixa - Disponíveis	72	52
1.01.03	Contas a Receber	66.661	59.008
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	66.661	59.008
1.01.03.02.01	Adiantamento a fornecedores	470	382
1.01.03.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	63.991	53.029
1.01.03.02.03	Outros Créditos	2.200	5.597
1.01.06	Tributos a Recuperar	581	530
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	581	530
1.02	Ativo Não Circulante	764.666	925.758
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	153.398	148.316
1.02.01.04	Contas a Receber	151.628	146.504
1.02.01.04.03	Contas a Receber - Partes Relacionadas	151.628	146.504
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.770	1.812
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.770	1.812
1.02.02	Investimentos	600.402	767.146
1.02.02.01	Participações Societárias	600.402	767.146
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	600.402	767.146
1.02.03	Imobilizado	3.674	3.878
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.674	3.878
1.02.04	Intangível	7.192	6.418
1.02.04.01	Intangíveis	7.192	6.418
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.192	6.418



**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2023</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2022</b>
2	Passivo Total	831.980	985.348
2.01	Passivo Circulante	32.338	34.341
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.537	1.701
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.537	1.701
2.01.02	Fornecedores	1.899	2.016
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.899	2.016
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.179	1.176
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.179	1.176
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.179	1.176
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	7.830	12.819
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	7.830	12.819
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	7.830	12.819
2.01.05	Outras Obrigações	19.893	16.629
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.162	9.871
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	7.162	9.871
2.01.05.02	Outros	12.731	6.758
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7.964	1.991
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	4.767	4.767
2.02	Passivo Não Circulante	38.969	39.578
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	36.991	36.962
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	36.991	36.962
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	36.991	36.962
2.02.02	Outras Obrigações	1.901	2.329
2.02.02.02	Outros	1.901	2.329
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	1.901	2.329
2.02.04	Provisões	77	287
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	77	287
2.02.04.01.05	Provisão sobre PL negativo de controladas	46	46
2.02.04.01.06	Provisões para demandas judiciais e administrativas	31	241
2.03	Patrimônio Líquido	760.673	911.429
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	29.553	29.553
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-10.894	-10.894
2.03.02.07	Reservas de capital	40.447	40.447
2.03.04	Reservas de Lucros	32.925	38.897
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	32.925	38.897
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-144.784	0



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-66.271	-148.418	109.067	75.550
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.407	-12.431	-6.810	-12.049
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.258	-4.921	-2.423	-4.302
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-1.688	-3.398	-2.657	-4.183
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.171	-3.544	-1.402	-2.944
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-143	-284	-149	-297
3.04.02.05	Amortização do Intangível	-89	-168	-121	-207
3.04.02.06	Amortização de ágio sobre investimentos	-58	-116	-58	-116
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.930	4.002	1.609	2.671
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	1.930	4.002	1.609	2.671
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-48	-418
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	0	0	-48	-418
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-61.794	-139.989	114.316	85.346
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-61.794	-139.989	114.316	85.346
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-66.271	-148.418	109.067	75.550
3.06	Resultado Financeiro	1.761	3.634	1.869	2.647
3.06.01	Receitas Financeiras	3.407	6.927	3.348	6.551
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.407	6.927	3.348	6.551
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.646	-3.293	-1.479	-3.904
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.646	-3.293	-1.479	-3.904
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-64.510	-144.784	110.936	78.197
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-64.510	-144.784	110.936	78.197
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-64.510	-144.784	110.936	78.197
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-2,8752	-3,33783	0,6394	0,45069
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-2,8752	-3,33783	0,6394	0,45069



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-64.510	-144.784	110.936	78.198
4.03	Resultado Abrangente do Período	-64.510	-144.784	110.936	78.198



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.286	-7.886
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.794	-7.230
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-144.784	78.197
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	284	297
6.01.01.05	Amortização do Intangível	168	206
6.01.01.07	Amortização do ágio	115	116
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.566	3.140
6.01.01.09	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-3.183	-3.384
6.01.01.10	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	-210	31
6.01.01.11	Ganho em quitação de dívida	-1.739	-487
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	139.989	-85.346
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.508	-656
6.01.02.02	Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	-1.184	-3.267
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-51	-168
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	3.309	0
6.01.02.05	Fornecedores	107	1.118
6.01.02.06	Contas a pagar empresas ligadas	-127	95
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-164	-303
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-425	-323
6.01.02.09	Depositos Judiciais	42	3.568
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	1	-1.376
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	15.511	-2.917
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	-3.404	-9.943
6.02.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	19.937	7.726
6.02.06	Aquisição de Bens do Imobilizado	-80	-130
6.02.08	Adições ao Ativo Intangível	-942	-570
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.205	10.783
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	0	-3.243
6.03.05	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-7.533	-26.269
6.03.06	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-1.490	67.812
6.03.07	Juros Recebidos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-280	1.197
6.03.08	Captações através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13	3.747
6.03.09	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-915	-31.370
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	0	-638
6.03.11	Juros Pagos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	0	-453
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	20	-20
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	52	21
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	72	1



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	842.979	29.553	38.897	0	0	911.429
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	29.553	38.897	0	0	911.429
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-144.784	0	-144.784
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-144.784	0	-144.784
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.972	0	0	-5.972
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-5.972	0	0	-5.972
5.07	Saldos Finais	842.979	29.553	32.925	-144.784	0	760.673



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	842.979	29.553	32.506	0	0	905.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	29.553	32.506	0	0	905.038
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	78.197	0	78.197
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	78.197	0	78.197
5.07	Saldos Finais	842.979	29.553	32.506	78.197	0	983.235



**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022</b>
7.01	Receitas	4.090	2.671
7.01.02	Outras Receitas	4.090	2.671
7.01.02.02	Outras Receitas	4.090	2.671
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.781	-6.419
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.723	-5.871
7.02.04	Outros	-58	-548
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.691	-3.748
7.04	Retenções	-569	-620
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-569	-620
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.260	-4.368
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-133.062	91.289
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-139.989	85.346
7.06.02	Receitas Financeiras	6.927	5.943
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-135.322	86.921
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-135.322	86.921
7.08.01	Pessoal	4.686	4.167
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.497	3.162
7.08.01.02	Benefícios	1.028	852
7.08.01.03	F.G.T.S.	161	153
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.089	1.058
7.08.02.01	Federais	1.026	997
7.08.02.02	Estaduais	3	2
7.08.02.03	Municipais	60	59
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.687	3.499
7.08.03.01	Juros	3.293	3.296
7.08.03.02	Aluguéis	328	132
7.08.03.03	Outras	66	71
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-144.784	78.197
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-144.784	78.197



**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2023</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2022</b>
1	Ativo Total	2.795.948	2.952.556
1.01	Ativo Circulante	154.720	155.392
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	50.006	64.892
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponíveis	42.049	57.580
1.01.01.02	Caixa restrito	7.957	7.312
1.01.03	Contas a Receber	67.482	65.858
1.01.03.01	Clientes	67.482	65.858
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.652	7.135
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.652	7.135
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.580	17.507
1.01.08.03	Outros	30.580	17.507
1.02	Ativo Não Circulante	2.641.228	2.797.164
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.465.895	1.590.646
1.02.01.04	Contas a Receber	34.085	34.050
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	803	768
1.02.01.04.03	Indenizações a receber - aditivos	33.282	33.282
1.02.01.07	Tributos Diferidos	33.028	13.664
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.028	13.664
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	124.607	120.913
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	124.607	120.913
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.274.175	1.422.019
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	27.500	22.807
1.02.01.10.04	Impostos a recuperar	2.652	2.652
1.02.01.10.05	Outros Créditos	14	3
1.02.01.10.06	Ativos de direito de uso	4.388	4.455
1.02.01.10.07	Ativo financeiro	1.239.621	1.392.102
1.02.02	Investimentos	37.233	35.091
1.02.02.01	Participações Societárias	37.233	35.091
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	37.233	35.091
1.02.03	Imobilizado	169.037	167.489
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	169.037	167.489
1.02.04	Intangível	969.063	1.003.938
1.02.04.01	Intangíveis	969.063	1.003.938
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	751.041	815.204
1.02.04.01.02	Intangível em construção	218.022	188.734



**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2023</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2022</b>
2	Passivo Total	2.795.948	2.952.556
2.01	Passivo Circulante	511.443	546.014
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	58.142	63.314
2.01.01.01	Obrigações Sociais	27.244	34.765
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	30.898	28.549
2.01.02	Fornecedores	105.461	82.542
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	105.461	82.542
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	265.024	337.011
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	231.550	337.011
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	231.550	337.011
2.01.04.02	Debêntures	33.474	0
2.01.04.02.01	Debêntures	33.474	0
2.01.05	Outras Obrigações	75.416	57.183
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.135	7.008
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.135	7.008
2.01.05.02	Outros	71.281	50.175
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.509	3.536
2.01.05.02.06	Outros débitos	58.898	43.475
2.01.05.02.09	Passivo de arrendamento	2.874	3.164
2.01.06	Provisões	7.400	5.964
2.01.06.02	Outras Provisões	7.400	5.964
2.01.06.02.04	Obrigações contrato de concessão	7.400	5.964
2.02	Passivo Não Circulante	1.520.734	1.489.499
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.356.541	1.329.260
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.083.769	1.049.325
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.083.769	1.049.325
2.02.01.02	Debêntures	272.772	279.935
2.02.01.02.01	Debêntures	272.772	279.935
2.02.02	Outras Obrigações	82.022	80.972
2.02.02.02	Outros	82.022	80.972
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	29.582	22.320
2.02.02.02.06	Outros débitos	48.350	56.119
2.02.02.02.08	Passivo de arrendamento	1.278	858
2.02.02.02.09	Fornecedores	2.812	1.675
2.02.04	Provisões	82.171	79.267
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	78.601	74.887
2.02.04.01.06	Provisão para demandas judiciais e administrativas	78.601	74.887
2.02.04.02	Outras Provisões	3.570	4.380
2.02.04.02.04	Obrigações contrato de concessão	3.524	4.334
2.02.04.02.05	Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	46	46
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	763.771	917.043
2.03.01	Capital Social Realizado	842.979	842.979
2.03.02	Reservas de Capital	29.553	29.553
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-10.894	-10.894
2.03.02.07	Reservas de Capital	40.447	40.447
2.03.04	Reservas de Lucros	32.925	38.897



**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2023</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2022</b>
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	32.925	38.897
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-144.784	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.098	5.614



**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	204.327	412.730	500.662	684.310
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-205.552	-419.041	-190.474	-348.128
3.02.01	Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias	-95.923	-210.961	-85.967	-142.506
3.02.02	Custo de manutenção - IAS 37	-169	-339	-210	-420
3.02.03	Custo de construção	-32.390	-54.824	-27.200	-49.280
3.02.07	Custo com pessoal	-25.939	-50.735	-22.521	-43.295
3.02.08	Depreciação do imobilizado (custo)	-10	-20	-291	-579
3.02.10	Amortização do intangível (custo)	-37.636	-75.734	-43.078	-89.713
3.02.12	Remuneração do poder concedente	-13.485	-26.428	-11.207	-22.335
3.03	Resultado Bruto	-1.225	-6.311	310.188	336.182
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-27.279	-60.596	-23.499	-43.987
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-40.153	-79.696	-35.262	-65.407
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-20.577	-43.416	-16.062	-29.788
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-6.900	-11.488	-6.388	-11.094
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-9.817	-18.748	-9.935	-19.549
3.04.02.04	Depreciação do imobilizado (custo)	-1.334	-2.711	-1.215	-2.295
3.04.02.05	Amortização do intangível (custo)	-1.263	-2.809	-1.409	-2.175
3.04.02.06	Amortização de Ágio sobre Investimentos	-238	-476	-229	-458
3.04.02.07	Depreciação do imobilizado (mais valia)	-24	-48	-24	-48
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.188	6.666	1.184	3.442
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	5.188	6.666	1.184	3.442
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.974	-9.645	1.108	-926
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-790	-6.872	2.035	1.545
3.04.05.02	Outras despesas não recorrentes	-2.184	-2.773	-927	-2.471
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.660	22.079	9.471	18.904
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-28.504	-66.907	286.689	292.195
3.06	Resultado Financeiro	-45.658	-99.540	-76.549	-120.734
3.06.01	Receitas Financeiras	738	4.024	6.092	8.518



**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022</b>
3.06.01.01	Receitas Financeiras	738	4.024	6.092	8.518
3.06.02	Despesas Financeiras	-46.396	-103.564	-82.641	-129.252
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-46.396	-103.564	-82.641	-129.252
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-74.162	-166.447	210.140	171.461
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.594	19.147	-100.268	-95.272
3.08.01	Corrente	-166	-215	-4	-1.193
3.08.02	Diferido	8.760	19.362	-100.264	-94.079
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-65.568	-147.300	109.872	76.189
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-65.568	-147.300	109.872	76.189
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-64.510	-144.784	110.936	78.197
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1.058	-2.516	-1.064	-2.008
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-2,8752	-3,33783	0,63938	0,45069
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-2,8752	-3,33783	0,63938	0,45069



**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-81.732	-147.300	109.872	76.189
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-81.732	-147.300	109.872	76.189
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-80.274	-144.784	110.936	78.197
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1.458	-2.516	-1.064	-2.008



**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	153.277	110.047
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	149.195	139.823
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-147.300	76.189
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-19.362	94.079
6.01.01.04	Depreciação do imobilizado	2.399	2.693
6.01.01.05	Amortização do intangível	81.065	90.505
6.01.01.06	Baixa de ativo imobilizado e intangível	333	1.476
6.01.01.07	Margem de construção	-624	-336
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	73.677	113.875
6.01.01.10	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	3.714	-711
6.01.01.11	Ganho em quitação de dívida	0	-638
6.01.01.15	Variação monetária de contratos de aquisição de ativos	0	1.965
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-22.079	-18.904
6.01.01.17	Ajuste a valor justo de bens reversíveis e indenizáveis	22.712	2.198
6.01.01.19	Excedente tarifário - Bens reversíveis e indenizáveis	154.764	81.399
6.01.01.20	Remuneração do ativo financeiro	-104	-303.967
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.082	-29.776
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-1.659	-22.997
6.01.02.02	Contas a Receber Empresas Ligadas, Operações Comerciais	-3.693	-32.496
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	483	-713
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	-18.516	-28.219
6.01.02.05	Fornecedores	24.056	8.269
6.01.02.06	Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	-2.873	30.635
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.349	1.558
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-474	1.638
6.01.02.09	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	215	1.189
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	8.281	1.553
6.01.02.13	Outras variações de passivos	130	3.013
6.01.02.14	Amortização do ágio e deságio sobre investimento	476	460
6.01.02.15	Depósitos judiciais	-4.693	6.334
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-50.425	-48.547
6.02.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	19.937	7.726
6.02.05	Aquisição de Bens do Imobilizado	-4.345	-1.206
6.02.07	Adições ao Ativo Intangível	-66.017	-55.067
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-118.383	-55.463
6.03.08	Captações Através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	0	275.401
6.03.09	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-115.730	-324.728
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-2.653	-2.893
6.03.13	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	0	-3.243
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-15.531	6.037
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	57.580	71.786



**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022</b>
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	42.049	77.823



**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	29.553	38.897	0	0	911.429	5.614	917.043
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	29.553	38.897	0	0	911.429	5.614	917.043
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-144.784	0	-144.784	-2.516	-147.301
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-144.784	0	-144.784	-2.516	-147.301
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.972	0	0	-5.972	0	-5.971
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-5.972	0	0	-5.972	0	-5.971
5.07	Saldos Finais	842.979	29.553	32.925	-144.784	0	760.673	3.098	763.771



**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	29.553	32.506	0	0	905.038	7.648	912.686
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	29.553	32.506	0	0	905.038	7.648	912.686
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	78.197	0	78.197	-2.008	76.189
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	78.197	0	78.197	-2.008	76.189
5.07	Saldos Finais	842.979	29.553	32.506	78.197	0	983.235	5.640	988.875



**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022</b>
7.01	Receitas	1.212.657	412.777
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	757.137	359.518
7.01.02	Outras Receitas	455.520	53.259
7.01.02.01	Receitas de Construção	116.229	49.616
7.01.02.03	Outras Receitas	34.477	3.643
7.01.02.05	Receitas de remuneração de ativo financeiro	304.814	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-558.676	-224.691
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-300.217	-111.296
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-137.945	-63.556
7.02.04	Outros	-120.514	-49.839
7.02.04.02	Custos de Construção	-115.301	-49.280
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	-5.213	-559
7.03	Valor Adicionado Bruto	653.981	188.086
7.04	Retenções	-174.582	-95.269
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-174.582	-95.269
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	479.399	92.817
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-17.929	236.538
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	39.776	18.904
7.06.02	Receitas Financeiras	29.802	311.549
7.06.03	Outros	-87.507	-93.915
7.06.03.01	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	-87.507	-93.915
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	461.470	329.355
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	461.470	329.355
7.08.01	Pessoal	125.333	59.938
7.08.01.01	Remuneração Direta	88.541	41.803
7.08.01.02	Benefícios	22.473	11.110
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.501	5.356
7.08.01.04	Outros	2.818	1.669
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	88.161	42.411
7.08.02.01	Federais	49.461	23.957
7.08.02.02	Estaduais	206	141
7.08.02.03	Municipais	38.494	18.313
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	241.628	150.817
7.08.03.01	Juros	146.112	108.636
7.08.03.02	Aluguéis	7.829	1.500
7.08.03.03	Outras	87.687	40.681
7.08.03.03.01	Remuneração do poder concedente	48.558	22.335
7.08.03.03.02	Outras	39.129	18.346
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.348	76.189
7.08.04.02	Dividendos	7.963	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	419	78.197
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-2.034	-2.008



## 1. Contexto operacional

A TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo", "Companhia" ou "Controladora"), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) sob a sigla "TPIS3".

### 1.1. Principais investimentos da Companhia

As controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto da Companhia estão sumarizadas na nota explicativa nº 2.3. Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade investida, segregados por segmento do negócio:

#### i) Concessionárias de rodovias

##### Concer

A Concer explora 180 km da BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões), tendo como objeto a recuperação, o reforço, o monitoramento, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da rodovia. O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo original era de 25 anos, ou seja, até fevereiro de 2021. Em razão de desequilíbrios econômico-financeiro e descumprimentos contratuais de responsabilidade do poder concedente, especialmente os resultantes das perdas decorrentes da pandemia da Covid-19 e do inadimplemento da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "poder concedente") no âmbito do 12º Termo Aditivo ao contrato de concessão ("12º Aditivo"), a Concer obteve, em 25 de fevereiro de 2021, decisões liminares que prorrogaram inicialmente o prazo da concessão por 717 dias a contar de 28 de fevereiro de 2021.

O 12º Aditivo foi firmado em abril de 2014 com o objeto principal de executar as obras da Nova Subida da Serra, em contrapartida ao pagamento dos serviços pela ANTT ou pela extensão de prazo do contrato de concessão, a fim de estabelecer equilíbrio econômico-financeiro decorrente dos investimentos com as obras. O poder concedente encontra-se inadimplente, uma vez que realizou apenas dois pagamentos referentes à parte da primeira parcela das obras já executadas. Em janeiro de 2017, o TCU determinou a paralização da obra.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

Em junho de 2017 foi publicada a Resolução ANTT nº 5.353, buscando anular de forma unilateral a cláusula do 12º Aditivo que permite a extensão do prazo de concessão. Em 12 de setembro de 2019, a Concer obteve sentença judicial concedida pela primeira instância da Justiça Federal do Distrito Federal declarando a nulidade da referida resolução, preservando o direito de extensão de prazo previsto em contrato, e aguarda a competente recomposição final do equilíbrio econômico-financeiro, que deverão complementar a extensão parcial obtida por meio da decisão de fevereiro de 2021.

Além disso, em 05 de setembro de 2019, o Juízo da 5ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal deferiu tutela de urgência requerida pela Concer, com relação ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, com a decisão a ANTT fica impedida de alterar as condições econômico-financeiras do contrato de concessão, abstendo-se de reduzir a tarifa de pedágio, bem como de impor penalidades administrativas e contratuais atreladas às obrigações de investimento.

Conforme mencionado, o prazo inicialmente pactuado do contrato de concessão se encerraria em fevereiro de 2021. Contudo, a controlada Concer interpôs ação judicial de reequilíbrio econômico-financeiro de diversos pleitos existentes, especialmente os decorrentes da obra da Nova Subida da Serra contra a União e ANTT.

Em 25 de fevereiro de 2021, a Justiça Federal de Brasília deferiu a liminar na qual reconhece parte do crédito a favor da Concer em razão dos investimentos realizados e não pagos, conforme apontado no laudo pericial judicial, bem como a previsão expressa quanto ao direito à prorrogação do prazo do contrato de concessão como medida de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos investimentos decorrentes do 12º Aditivo.

Adicionalmente, na mesma data, foi deferida a liminar reconhecendo o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão das perdas ocorridas até agosto de 2020 decorrentes da pandemia da Covid-19.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

Em 13 de fevereiro de 2023 o Tribunal Federal da 1ª Região deferiu pedido de antecipação de tutela recursal assegurando a extensão do prazo do Contrato de Concessão da Concer a contar de 16 de fevereiro de 2023 até o julgamento do mérito, que trata do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em andamento perante a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Em 15 de fevereiro de 2023, a Ministra Presidente do Superior Tribunal de Justiça - STJ, em análise de pedido de Suspensão de Liminar e Sentença promovido pela ANTT e União, fixou a limitação da extensão do prazo do Contrato de Concessão da Concer até a conclusão final de processo licitatório e a efetiva delegação dos serviços à nova concessionária, caso antes não seja proferida a decisão de mérito, que trata do reequilíbrio econômico-financeiro.

A Concer permanece em discussão judicial para obtenção dos reequilíbrios adicionais, tanto do 12º Aditivo como das perdas da Covid-19 de agosto de 2020 até a data-base atual.

#### Concebra

A Concebra explora as rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios, sendo: 630,2 km da BR-060 e BR-153, desde o entroncamento com a BR-251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,3 km da BR-262, do entroncamento com a BR-153 ao entroncamento com a BR-381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos. O objeto da concessão consiste na recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão é de 30 anos.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a controlada assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão, financiados com capital dos acionistas e de terceiros. Em 24 de fevereiro de 2016, o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo da controlada, com carência de amortização até o final do ano de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. A indefinição sobre a composição dos demais bancos públicos que fariam o repasse de parte dos recursos aprovados, resultou no vencimento do empréstimo ponte no dia 15 de dezembro de 2016 e inadimplência da Concebra. Em 23 de dezembro de 2019 a Concebra assinou junto ao BNDES o instrumento de confissão e reescalonamento da dívida, com interveniência da Companhia. Vide maiores detalhes na Nota Explicativa nº 14.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

Sem as liberações de financiamentos inicialmente previstos, e tendo em vista o alto volume de investimentos estabelecidos para os primeiros anos de concessão, tornou-se inviável o cumprimento de todas as obrigações da concessionária. Para continuidade do contrato firmado com o Governo Federal, a Concebra buscou realizar tratativas junto à ANTT para a Revisão Quinquenal, conforme prevê o contrato de concessão, porém não obteve resposta da agência.

Ademais, a Concebra protocolou, em 08 de julho de 2019, requerimento de instauração de processo arbitral perante a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), em que se discute o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Em 10 de junho de 2019 a Concebra, através da 3ª Vara Federal Cível da SSJ, obteve decisão liminar que assegura que a ANTT se abstenha da aplicação de penalidades tais como: caducidade, redução tarifária a partir da aplicação de fator D, cobrança de valores ou exigências de cumprimento de quaisquer obrigações contratuais até que o tribunal arbitral se pronuncie sobre a questão ou a Agência solucione o desequilíbrio econômico-financeiro. Em 30 de julho de 2019 o Tribunal Arbitral ratificou a decisão liminar.

No entanto, em junho de 2020, diante de decisão proferida no âmbito da arbitragem, a ANTT foi autorizada a aplicar a redução de 37,32% da tarifa de pedágio da controlada Concebra, a partir do dia 28 de junho de 2020. A Concebra requereu reconsideração desta decisão junto a Câmara Arbitral (CCI) ainda em julho de 2020. Em 11 de março de 2021 o Tribunal Arbitral decidiu pela manutenção da redução tarifária aplicada em junho de 2020 (37,32%) até que se conclua todo o processo arbitral (julgamento de mérito). Importante ressaltar que a concessionária permanece desobrigada de executar as obras de ampliação das rodovias e que a ANTT se mantém impedida de aplicação de penalidades à concessionária, relacionadas à execução das obras de ampliação, ou instauração de caducidade, até que a análise do reequilíbrio seja concluída no Procedimento Arbitral.

Adicionalmente, o Governo Federal estabeleceu a possibilidade de devolução amigável de contratos de concessão, por meio do processo de relicitação, disposto pela Medida Provisória nº 752, que posteriormente foi convertida na Lei nº 13.448/17 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957/19 em agosto de 2019. Em dezembro de 2019, a ANTT publicou a Resolução nº 5.860/19, estabelecendo a metodologia para o cálculo dos valores indenizáveis em caso de extinção antecipada do contrato de concessão. Em 13 de abril de 2020 a Concebra apresentou requerimento à ANTT para adesão ao processo de relicitação citado.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

Dentre outros fatores que justificam a decisão pela relicitação, destacam-se: a não solução dos diversos desequilíbrios do contato de concessão; a drástica alteração no cenário econômico em relação ao previsto e considerado no momento da licitação; a impossibilidade da reprogramação dos investimentos decorrente da não conversão em lei da Medida Provisória nº 800/17; e, principalmente, a imprevisível redefinição da política pública de financiamento de longo prazo, que frustrou a liberação do crédito prometido e aprovado, acarretando em consequências gravíssimas na relação econômico-financeira com o poder concedente, tornando-a onerosa.

Diante da decisão do Tribunal Arbitral, março de 2021, a Concebra impulsionou o pedido de adesão à relicitação. Em 22 de junho de 2021 a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) atestou a viabilidade técnica e jurídica para tal requerimento. Em 22 de novembro de 2021, foi publicada decreto nº 10.864, qualificando a Concebra para fins de relicitação. Em 18 de fevereiro de 2022 foi assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para fins de relicitação sujeito a condição resolutiva, que terá vigência de 24 meses a contar da publicação do Decreto que qualificou o empreendimento para fins de relicitação. Em 18 de março de 2022 foi protocolada na ANTT a garantia de execução, implementando assim a condição resolutiva do termo aditivo, que passa a valer integralmente. A partir de 03 de abril de 2022 passou a ser aplicada a tarifa média de pedágio no montante de R\$ 6,50, conforme previsto no 2º Termo Aditivo.

O termo aditivo estabelece as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração, e da execução dos investimentos essenciais contemplados no contrato de concessão originário, assim como as responsabilidades durante o período de transição e de transferência da concessão, a fim de garantir a continuidade e segurança dos serviços essenciais relacionados ao Empreendimento. Além disso, o Aditivo também prevê a suspensão das obrigações de investimentos previstas no Contrato de Concessão Originário não constantes no Anexo I.

Ao fim da vigência deste Termo Aditivo e a celebração do novo Contrato de Concessão entre a ANTT e o futuro concessionário, a controlada Concebra fará jus a uma indenização referente aos investimentos vinculados aos bens reversíveis (indenizáveis) não depreciados ou amortizados, calculados pelo custo histórico e atualizado pelo IPCA, assim como determina a resolução 5.860 de 3 de dezembro de 2019.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

Após a assinatura do Termo Aditivo ainda há diversas etapas para a efetiva relicitação, dentre estas etapas está a verificação independente dos bens reversíveis não depreciados, o processo de haveres e deveres para o encontro de contas e a indenização dos ativos. A concessionária permanecerá operando os trechos rodoviários até a conclusão do processo, nos termos e condições previstos no Aditivo.

#### Transbrasiliana

A Transbrasiliana explora 321,6 km do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos. O objeto da concessão é a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias dos trechos concedidos. A Triunfo adquiriu a participação na Transbrasiliana em 05 de janeiro de 2015. O início da concessão ocorreu em 13 de fevereiro de 2008, e o prazo da concessão é de 25 anos, finalizando em fevereiro de 2033.

Em 1º de março de 2021 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região ("TRF-1") deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação da Transbrasiliana em Mandado de Segurança, o que autoriza o início das obras de duplicação dos Lotes 01 (entre o km 0 e 52) e 03 (entre o km 162 e 195) da Rodovia BR-153/SP, bem como o reequilíbrio da tarifa de pedágio de modo a contemplar a inclusão de referidas obras no contrato de concessão. Em 06 de março de 2021 passou a ser aplicada a tarifa básica de R\$7,70 ("tarifa resultante da decisão judicial"), ressaltando que esta, prevista na Resolução ANTT nº 4.973 de 16 de dezembro de 2016, deverá ser objeto de reajuste a ser homologado pela Agência para o integral reequilíbrio.

Em 31 de março de 2021 a ANTT deliberou por notificar a Transbrasiliana para que reduzisse a tarifa básica novamente para R\$5,20, sob pena de instauração de processo de caducidade, redução essa promovida em 06 de abril de 2021, por entender que a implementação da tarifa resultante da decisão judicial dependeria ainda de um ato posterior da ANTT. No entanto, em 09 de abril de 2021 o TRF-1 proferiu decisão liminar suspendendo, até o julgamento final, os efeitos da deliberação da ANTT. Em 14 de abril de 2021, a ANTT, em cumprimento a esta decisão, suspendeu os efeitos da deliberação de 31 de março de 2021 e autorizou a implementação da tarifa básica de R\$ 7,70.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2023

(Em milhares de Reais)

---

Em 16 de novembro de 2022 foi publicada no Diário Oficial da União - DOU, a Deliberação da ANTT nº 340 de 11 de novembro de 2022, determinando a aplicação da Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 8,00 (oito reais), a partir da zero hora do dia 18 de novembro de 2022 em todas as praças de pedágio. O novo valor contempla a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e, também, o reequilíbrio econômico-financeiro referente a obras e serviços, sendo decorrentes exclusivamente da 13ª Revisão Ordinária da Transbrasiliana (ano de 2020), sendo importante consignar que os temas controvertidos da 12ª e 13ª Revisões Ordinárias serão tratados nas próximas Revisões.

Em 21 de julho de 2023 a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou o reajuste da tarifa básica de pedágio da controlada Transbrasiliana. De acordo com Deliberação Nº 229, publicada no Diário Oficial da União - DOU, na edição nº 140, a partir da zero hora do dia 28 de julho de 2023, a tarifa básica passou de R\$ 8,00 para R\$ 8,90 (data base: ano de 2022). Vale esclarecer que os temas controvertidos da 12ª, 13ª e 14ª Revisões Ordinárias serão tratados nas próximas Revisões e, portanto, a tarifa que será recebida em razão dessa alteração não reequilibra integralmente o Contrato de Concessão.

ii) Prestação de serviços de operação e manutenção de usina hidrelétrica

Tijoa

A Tijoa tem por objeto específico a geração de energia elétrica por meio da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos ("UHE Três Irmãos") em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). A UHE Três Irmãos possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

A Triunfo, desde agosto de 2014, possui participação indireta de 50,1% na Tijoa, por meio da subsidiária integral Juno (vide nota explicativa nº 11).

iii) Administração de aeroportos

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Viracopos assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas ("Viracopos"), pelo prazo de 30 anos.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 35,01% do capital votante, uma vez que:

- a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;
- b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico com a seguinte composição acionária: Triunfo com 68,65%, UTC Participações S.A. com 28,41%, e Egis Airport Operation com 2,94%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do Complexo Aeroportuário, a concessionária Viracopos se comprometeu a pagar à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente ao total de R\$3.821.010 a valores iniciais. Além da contribuição fixa, o contrato compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais, como a VESA.

Em 07 de maio de 2018 as controladas em conjunto Aeroportos Brasil, Viracopos e VESA protocolaram pedido de Recuperação Judicial, devido às dificuldades financeiras enfrentadas, em decorrência dos diversos desequilíbrios econômico-financeiros do Contrato de Concessão, não equacionados pelo Poder Concedente (ANAC) concomitantemente ao ato, conforme previsto nos termos da Lei nº 8.987/95. Soma-se a isso a alteração no contexto macroeconômico do país e da expectativa de demanda estimada pelo próprio poder concedente para os serviços concessionados.

Por esses motivos, a concessionária havia solicitado em julho de 2017 ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) a habilitação da concessão do aeroporto de Viracopos para a relicitação, que consiste na devolução amigável da concessão conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17, porém não obteve resposta por falta de regulamentação de tal procedimento, o que ocorreu somente em agosto de 2019 com o Decreto nº 9.957/2019.

Sem a relicitação e com a instauração de processo administrativo para verificação de inadimplência e conseqüente caducidade da concessão pela ANAC, Viracopos protocolou pedido de recuperação judicial em maio de 2018 e em julho do mesmo ano protocolou a primeira versão do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"). Após diversas assembleias realizadas com os credores, em 14 de fevereiro de 2020 foi aprovado o PRJ apresentado pela concessionária, tendo a homologação judicial ocorrido em 18 de fevereiro de 2020.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2023

(Em milhares de Reais)

---

O PRJ prevê, dentre outras medidas, a necessidade de requerimento de relicitação. A devolução do ativo no contexto desta relicitação ocorrerá de modo a representar um stop loss, implicando uma ampla quitação para a concessionária e seus acionistas, nos termos e condições do plano. Em 19 de março de 2020, foi protocolado na ANAC o requerimento para a relicitação do contrato de concessão do aeroporto, nos termos da Lei nº 13.448/17 e do Decreto nº 9.957/19.

Em maio de 2020 a diretoria colegiada da ANAC deliberou sobre o requerimento de relicitação apresentado por Viracopos, opinando favoravelmente pela viabilidade técnica e jurídica do requerimento e por seu encaminhamento ao Ministério de Infraestrutura, a fim de avaliar a compatibilidade da relicitação com as políticas públicas formuladas para o setor.

Em 25 de junho de 2020 foi publicada a Resolução nº 123 de 10 de junho de 2020, onde o Conselho do Programa de Parceria de Investimentos ("PPI") opinou favoravelmente pela qualificação do Aeroporto Internacional de Viracopos para fins de relicitação. Em 16 de julho de 2020 foi publicado o Decreto nº 10.427/2020 que, além da confirmação da qualificação de Viracopos para relicitação, determinou o prazo de 90 dias para que o Ministério da Infraestrutura submetesse ao conselho do PPI a avaliação quanto à possibilidade de transferência à nova concessionária de dívidas adquiridas junto a financiadores por Viracopos. O Decreto previa, ainda, que a qualificação do Aeroporto para fins de relicitação perderia sua eficácia caso não fosse firmado o termo aditivo ao Contrato de Concessão, no prazo de até 90 dias a contar de sua publicação.

Desta forma, no dia 16 de outubro de 2020 Viracopos assinou o termo aditivo ao Contrato de Concessão para fins de relicitação do empreendimento. Contudo, a assinatura do termo aditivo foi acompanhada de uma correspondência em que Viracopos fez diversas ressalvas quanto ao conteúdo do documento, pois entendeu que lhe foi imposto um termo aditivo na forma de um contrato de adesão, desrespeitando o espírito negocial e a legislação da relicitação, bem como os compromissos assumidos pelos stakeholders no contexto do processo de recuperação judicial.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

Ainda no âmbito da Recuperação Judicial, Viracopos firmou um Compromisso Arbitral, por meio do qual acordou que as controvérsias presentes e futuras envolvendo o contrato de concessão serão resolvidas por meio de arbitragem, inclusive a ação revisional, a ação de obrigação de fazer e as relativas à aplicação de multas pelo atraso na entrega de obras da fase I-B do contrato de concessão. Com a qualificação do empreendimento no PPI, o pagamento das outorgas e aplicação da pena de caducidade ficam suspensos e Viracopos poderá dar início ao processo de arbitragem. A Triunfo é contragarantidora de apólices de Seguros que garantem o pagamento das multas. No entanto, é remota a probabilidade de execução da referida contragarantia, diante do atual contexto da concessão.

Viracopos firmou ainda um acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com as instituições financeiras repassadoras de recursos do BNDES (Banco do Brasil, Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A. e Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.), estabelecendo que os valores decorrentes de instrumentos financeiros concedidos à Concessionária não estão sujeitos ao processo de Recuperação Judicial. O acordo prevê também a liberação de recursos disponíveis nas contas garantidoras vinculadas a esses passivos, de modo a permitir os pagamentos previstos no PRJ, bem como a suspensão parcial de pagamentos a partir da assinatura do termo aditivo ao Contrato de Concessão do aeroporto, prevendo sua relicitação.

Em 10 de dezembro de 2020 foi proferida sentença decretando o encerramento do regime de Recuperação Judicial de Viracopos, que representa condição de eficácia do Termo Aditivo firmado em 16 de outubro de 2020 e confirmado pela Gerência de Outorgas de Infraestrutura Aeroportuária da Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos (SRA), da ANAC em 11 de dezembro de 2020.

O prazo para eventuais recursos contra a decisão encontra-se encerrado, sendo que esta sentença representa um importante passo para prosseguimento da relicitação do Aeroporto Internacional de Viracopos, e conduzirá a materialização do direito a indenização, bem como dos pleitos de reequilíbrio através das arbitragens que foram propostas em fevereiro de 2021. Ainda há diversas etapas para a efetiva relicitação e neste período a concessionária continua operando normalmente o Aeroporto.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

Em 02 de junho de 2022, foi publicada a Resolução CPPI nº 232/2022, prorrogando o prazo do processo de relicitação por mais 24 meses, contados a partir de 16 de julho de 2022, sujeito a condição resolutive de assinatura de um novo Termo Aditivo. Em 14 de julho de 2022 por meio da resolução CPPI nº 243/2022, foi revogada a condição resolutive da Resolução CPPI 232/2022, de modo que a prorrogação do prazo do processo de relicitação passou a ter eficácia imediata.

Em 10 de fevereiro de 2023 a Corte Internacional de Arbitragem no caso nº 26042/PFF/RLS, que envolve a coligada Viracopos, concluiu, para o tema mais relevante em discussão, que o poder concedente estava obrigado a concluir a desapropriação e a subsequente disponibilização das áreas apropriadas à Viracopos dentro de prazo razoável, que será objeto de futura decisão arbitral. Nesta mesma decisão o Tribunal Arbitral concluiu pelo não enquadramento do pleito de reequilíbrio em relação à utilização pela Receita Federal do Brasil ("RFB") de área destinada a bens em perdimento, porém sem impedimento para que Viracopos busque o ressarcimento dos valores em face à RFB. Adicionalmente, o Tribunal Arbitral descartou o pleito de reequilíbrio pelo não desenvolvimento, pela União, do projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV).

A Triunfo, na qualidade de avalista da Aeroportos Brasil no contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, e em atendimento ao item 5.7.1 do termo aditivo ao plano de recuperação judicial, realizou em 08 de dezembro de 2020 o pagamento da parcela do financiamento no montante de R\$18.500, se sub-rogando dos créditos nos termos do Plano, que serão reembolsados à Companhia após a quitação da dívida com FINEP. O aditivo prevê, ainda, o pagamento mensal de juros de 6% ao ano sobre o saldo remanescente, com o pagamento do saldo residual até 31 de outubro de 2023. Desta forma, a Companhia poderá ser requerida a realizar, na condição de avalista, os pagamentos dos juros mensais ao FINEP, sendo que o valor estimado para os próximos 12 meses é de até R\$1.318.

Destaca-se que o investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil foi integralmente baixado para perda em 2017, quando do primeiro pedido de habilitação no PPI para relicitação, não havendo desde então outros impactos a serem apresentados nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

iv) Terminais Portuários - em desenvolvimento

Terminal Portuário Brites - TPB e Terminal Portuário Logístico (TPL)

Terminal Portuário Brites ("TPB") e Terminal Portuário Logístico ("TPL") são dois projetos de Terminais Portuários de Uso Privado ("TUP") localizados no Complexo Portuário de Santos - SP.

O empreendimento TPB obteve em 29 setembro de 2015 autorização pela Secretaria Especial de Portos da Presidência da República ("SEP") com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") para exploração de TUP, com licença ambiental prévia vigente e em processo de obtenção de licença ambiental definitiva.

O empreendimento TPL obteve autorização do Ministério da Infraestrutura ("MINFRA") com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") para exploração de TUP em 26 de maio de 2022, e encontra-se em fase de conclusão dos Estudos e Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA") para obtenção de licença ambiental prévia.

1.2. Resumo dos eventos relevantes ocorridos no período

A seguir estão listados os eventos relevantes ocorridos no período, sendo que o contexto geral e maiores informações de cada tema estão apresentados nas notas explicativas mencionadas.

i) Concer (vide nota explicativa 1.1 item "i")

- 13/02/2023: Tribunal Federal da 1ª Região deferiu pedido de antecipação de tutela recursal assegurando a extensão do prazo do Contrato de Concessão da controlada Concer a contar de 16 de fevereiro de 2023 até o julgamento do mérito que trata do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;
- 15/02/2023, a Ministra Presidente do Superior Tribunal de Justiça - STJ, em análise de pedido de Suspensão de Liminar e Sentença promovido pela ANTT e União, fixou a limitação da extensão do prazo do Contrato de Concessão da Concer até a conclusão final de processo licitatório e a efetiva delegação dos serviços à nova concessionária, caso antes não seja proferida a decisão de mérito, que trata do reequilíbrio econômico-financeiro.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

ii) Viracopos (vide nota explicativa 1.1 item "iii")

- 10/02/2023: Corte Internacional de Arbitragem conclui pela obrigação do poder concedente em concluir as desapropriações e consequente disponibilização das áreas à Viracopos dentro de prazo razoável a ser definido em futura decisão arbitral, pelos não enquadramento dos pleitos de utilização de área para perdimento pela Receita Federal do Brasil, mas sem impedimento que se busque os ressarcimentos em face à RFB, e não enquadramento do pleito de reequilíbrio pelo não desenvolvimento do projeto TAV.

iii) Grupamento de ações - Triunfo

- 27/04/2023: Aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a proposta de grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia na proporção de 4 (quatro) ações convertidas para 1 (uma) ação sem alteração de seu capital social, de acordo com a posição acionária na data base de 27 de abril de 2023.

iv) Reajuste tarifa de pedágio - Transbrasiliana

- 21/07/2023: A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou o reajuste da tarifa básica de pedágio da controlada Transbrasiliana à data-base de 18 de dezembro de 2021, em 10,74% a partir do dia 28 de julho de 2023.

### 1.3. Ações da Companhia para continuidade operacional

Em decorrência da deterioração das condições macroeconômicas dos últimos anos, do cenário político instável e de execuções de credores, a Triunfo implementou ações com o objetivo de melhoria de sua estrutura financeira. Atualmente, os esforços estão voltados para a renegociação e reestruturação das dívidas financeiras.

A Companhia e suas controladas têm sua estrutura de endividamento permanentemente revisada e mantém as renegociações com seus credores sempre que necessário. Em 2017 foram firmados acordos importantes com os credores financeiros, principalmente a elaboração de Planos de Recuperação Extrajudicial (RE), que são um instrumento legal e permite a uma sociedade renegociar com seus credores as condições de pagamento de suas dívidas de natureza privada, com exceção de créditos trabalhistas. Os Planos foram homologados em fevereiro de 2018, porém encontram-se suspensos por decisão em 2ª instância de janeiro de 2020. Além das dívidas abrangidas nos Planos de RE, outro exemplo de importante renegociação foi o Reescalamento da dívida da Concebra junto ao BNDES, firmado em 2019.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

Adicionalmente, em 2020 e 2021 a Companhia firmou acordos com credores obtendo quitação definitiva de dívidas que haviam sido pagas no âmbito da RE. Em junho de 2021, celebrou a renegociação junto aos credores das debêntures de 1ª emissão da Controlada BRVias, e aprovou em agosto de 2021 a 5ª Emissão de debêntures na Triunfo e a 2ª Emissão de debêntures na controlada BRVias. Em 2022 foi realizada pela controlada Transbrasileira 8ª emissão de debêntures no montante de R\$275.400, com prazo de vencimento de 11 anos a contar da data de emissão e carência de 1 ano para amortização dos juros e 2 anos para amortização do principal.

Como resultado das medidas adotadas, a Companhia apresenta, em 30 de junho de 2023, Capital Circulante Líquido positivo no montante de R\$ 34.975 (R\$ 25.249 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e Capital Circulante Líquido negativo no montante de R\$ 356.724 no consolidado (R\$ 390.622 em 31 de dezembro de 2022).

As Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que as ações implementadas são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

Em relação ao tema mencionado na nota explicativa nº 29, item "ii", a alternativa deve passar pela constituição de grupos de trabalho entre o Poder Concedente e as Concessionárias, com objetivo de avaliar as condições de desequilíbrio em busca de uma solução de consenso, considerando aspectos como a presença do interesse público e comprovada vantajosidade, viabilidade técnica, jurídica, entre outros. A Companhia realiza estudos internos para avaliar a viabilidade desta alternativa aos processos de relicitação vigentes na controlada Concebra e na controlada em conjunto Viracopos, reforçando o interesse em uma resolução consensual junto ao Poder Concedente.

## 2. Base de preparação, consolidação e principais políticas contábeis

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão das Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 09 de agosto de 2023. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023 devem ser lidas juntamente com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

## 2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* - IFRS / IAS 34) e de acordo com a deliberação CVM 673/11 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 2.2. Base de elaboração

As Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

## 2.3. Bases de consolidação

As Informações contábeis intermediárias consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial.

O exercício/período social e as Informações contábeis intermediárias das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela Controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício/período anterior.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

## TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

### Controladas

Companhias	Participação - (%)			
	30/06/2023		31/12/2022	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	100,00	-	100,00	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda. ("Rio Tibagi")	100,00	-	100,00	-
Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. ("Concepa")	100,00	-	100,00	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	100,00	-	100,00	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. ("Concer")	81,84	-	81,84	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	82,00	-	82,00	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Convale")	100,00	-	100,00	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	100,00	-	100,00	-
Dable Participações Ltda. ("Dable") (i)	00,00	-	100,00	-
BR Vias Holding TBR S.A. ("BR Vias Holding TBR") (i) (ii)	-	100,00	-	100,00
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") (ii)	-	100,00	-	100,00
Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária ("CTVias")	100,00	-	100,00	-
TPI-Log S.A. ("TPI-Log") (iii)	100,00	-	100,00	-
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (iii)	-	100,00	-	100,00
TPL - Terminal Portuário Logístico S.A. ("TPL")	100,00	-	100,00	-
Rio Claro Energia Ltda. ("Rio Claro")	100,00	-	100,00	-
Urano Capital Participações Ltda. ("Urano")	100,00	-	100,00	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda. ("ATTT")	64,00	-	64,00	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	100,00	-	100,00	-
Vênus Participações e Investimentos S.A. ("Vênus")	100,00	-	100,00	-
Mercúrio Participações e Investimentos S.A. ("Mercúrio")	100,00	-	100,00	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	100,00	-	100,00	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	100,00	-	100,00	-

(i) A Dable detém 100,00% de participação na BR Vias Holding TBR;

(ii) A BR Vias Holding TBR detém 100,00% de participação na controlada Transbrasiliana;

(iii) A TPI-Log detém 100,00% de participação na TPB.

### Empreendimentos controlados em conjunto

Companhias	Participação - (%)			
	30/06/2023		31/12/2022	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Aeroportos Brasil S.A. ("Aeroportos Brasil") (i)	68,65	-	68,65	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("Viracopos") (i)	-	35,01	-	35,01
Viracopos Estacionamentos S.A. ("VESA") (i)	-	35,01	-	35,01
Tijoá Participações e Investimentos S.A. ("Tijoá") (ii)	-	50,10	-	50,10
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") (iii)	52,50	-	52,50	-

(i) A Aeroportos Brasil detém 68,65% de participação em Viracopos e Viracopos detém 100,0% de participação na VESA;

(ii) A controlada Juno detém 50,1% de participação na Tijoá;

(iii) A Ecovale, concessão do Sistema Rodoviário BR-470/SC, foi cancelada quando ainda estava em fase pré-operacional. A controlada em conjunto não possui movimentação financeira.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

#### 2.4. Moeda funcional e conversão de saldos

As Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

#### 2.5. Principais políticas contábeis e uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas fazem o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias:

##### i) Contratos de Concessão

A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária, uma vez que o Contrato de Concessão não transfere ao Concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. O Concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O Concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

##### ii) Ativo financeiro

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando atende as seguintes condições: (i) mantido dentro do modelo de negócios e cujo objetivo seja manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram em datas específicas fluxo de caixa que são relativos apenas à pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos não classificados ao custo amortizado são classificados a valor justo no resultado. A Companhia pode designar um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao valor justo no resultado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

iv) Amortização do ativo intangível

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo dos prazos de concessões das rodovias, tendo sido adotadas as curvas de tráfego estimadas como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados pela Administração.

v) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em causas cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso, são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
 Período findo em 30 de junho de 2023  
 (Em milhares de Reais)

## 2.6. Novas normas contábeis

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Não foram identificadas novas normas e alterações emitidas e que não estavam em vigor em 30 de junho de 2023 que possam apresentar impactos nas informações contábeis intermediárias dos períodos subsequentes.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações trimestrais.

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	72	52	19.773	30.002
Aplicações financeiras	-	-	22.276	27.578
	<u>72</u>	<u>52</u>	<u>42.049</u>	<u>57.580</u>

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente a recursos aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB), lastreados ao rendimento dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor, com remuneração média de 90% a 100% do CDI.

## 4. Caixa restrito

	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Conta vinculada - CONCEBRA	7.957	7.312
	<u>7.957</u>	<u>7.312</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

## CONCEBRA

Em 23 de dezembro de 2019 a CONCEBRA firmou um contrato de reescalonamento de dívida com o BNDES, renegociando o saldo devedor do empréstimo-ponte (vide Nota Explicativa nº 14). O novo contrato prevê o pagamento das parcelas por meio da retenção de um percentual da receita (a depender do nível tarifário da concessão). Os recursos retidos são controlados por um banco administrador, que libera os valores excedentes à concessionária após formação do valor da parcela a ser paga ao BNDES. O saldo em 30 de junho de 2023 é representado por recursos indisponíveis para movimentação da CONCEBRA, e será utilizado para pagamento das próximas parcelas.

### 5. Contas a receber

#### a) Contas a receber de Clientes

	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	63.595	62.269
Uso da faixa de domínio	4.384	4.141
Outras contas a receber	306	216
	<u>68.285</u>	<u>66.626</u>
Parcela do circulante	67.482	65.858
Parcela do não circulante	803	768

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias.

A perda estimada constituída é considerada suficiente pela Companhia para créditos com baixa expectativa de recuperabilidade.

### 6. Indenizações a receber - aditivos

	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Contas a receber de aditivos - Concepa	<u>33.282</u>	<u>33.282</u>
	<u>33.282</u>	<u>33.282</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

### 13º Termo Aditivo (Free Way)

A controlada Concepa explorava o trecho de Osório à Porto Alegre da rodovia BR-290/RS, conhecido como Free Way, e o entroncamento da BR-116/RS, de Porto Alegre à Guaíba, e o término da concessão ocorreu em 03 de julho de 2018. Em 16 de abril de 2014, por meio do 13º termo aditivo do contrato de concessão, a Concepa recebeu autorização da ANTT para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra, concluída em novembro de 2015, previa alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

De acordo com a nota técnica nº 099/2017 emitida pela ANTT após a revisão da Agência, o saldo recomposto a ser liquidado referente ao 13º aditivo é de R\$20.164.

### Licença Ambiental - Segunda Ponte Rio Guaíba

A Controlada Concepa realizou estudos para obtenção da licença prévia referente implantação da Segunda Ponte do Rio Guaíba, aprovados pela ANTT, com a intenção de realização da obra. A licença prévia foi emitida em nome da Companhia, no entanto, posteriormente a União optou pela realização da obra via concorrência pública (DNIT), desconsiderando a obra no contrato de concessão.

A licença ambiental, obtida pela Companhia e vendida ao DNIT, foi reconhecida pelo valor integral de R\$ 13.118, conforme Ofício nº 1362/2016.

A Concepa mantém as tratativas junto à ANTT e ao DNIT para o recebimento destes montantes.

## 7. Impostos de renda e contribuição social

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

É requerido julgamento significativo da Administração para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CS (i)	169.738	164.647
Provisão para contingências	43.355	38.158
Amortização de ágio	120	120
Encargos moratórios BNDES	46.821	48.949
IRPJ/CSLL diferidos referentes ao valor justo reconhecido na aquisição do investimento Transbrasiliana (ii)	17.122	17.855
Total impostos diferidos ativo	277.156	269.729
Receita de construção - Aditivos	19.389	19.447
Sobre custo financeiro	44.654	42.045
Remuneração do ativo financeiro	92.921	100.608
Estorno de amortizações - ICPC 01	87.164	93.965
Total impostos diferidos passivo	244.128	256.065
Total impostos diferidos	33.028	13.664

- (i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (R\$ 34.241), Concebra (R\$122.449) e Transbrasiliana (R\$13.048);  
(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana.

O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável é:

	Consolidado
2023	13.233
2024	33.990
2025	104.320
2026	18.195
	169.738

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados - Controladora

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas não têm prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	Controladora	
	30/06/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa de CS	<u>82.172</u>	<u>77.545</u>

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados por não haver histórico de lucros tributáveis e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

## b) Imposto de renda e contribuição social - resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado:

	30/06/2023				Consolidado
	Controladora	Controladas Lucro Real	Outras controladas	Eliminações	
Lucro antes dos impostos	(144.784)	(183.025)	6.187	155.175	(166.447)
À alíquota fiscal vigente	49.227	62.229	(2.104)	(52.759)	56.593
Ajustes Lucro Real					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(47.596)	-	2.613	-	(44.983)
Adições (exclusões) temporárias, líquidas	(57)	324	102	-	369
Prejuízos fiscais e bases negativas não constituídos	(1.574)	(42.544)	(736)	52.024	7.170
IRPJ/CSLL Correntes	-	(89)	(126)	-	(215)
IRPJ/CSLL Diferidos	-	20.098	-	(736)	19.362
Total IRPJ/CSLL	-	20.009	(126)	(736)	19.147
Alíquota efetiva (i)	-	11%	2%	-	12%

(i) A alíquota efetiva das investidas optantes pelo Lucro Real está distorcida principalmente devido a não constituição de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal em razão da incerteza do lucro tributável esperado para os próximos anos na Controladora e nas controladas Concer e Concebra. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 34%.

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

	30/06/2022				
	Controladora	Controladas Lucro Real	Outras controladas	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	78.197	170.381	9.373	(86.490)	171.461
À alíquota fiscal vigente (34%)	(26.587)	(57.930)	(3.185)	29.405	(58.297)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	29.018	-	7.010	-	36.028
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	118	577	-	-	695
Adições (exclusões) temporárias, líquidas	(30)	-	-	-	(30)
Prejuízos fiscais e bases negativas não constituídos	(2.519)	(37.199)	(3.832)	(30.117)	(73.667)
IRPJ e CSLL correntes	-	(1.185)	(8)	-	(1.193)
IRPJ e CSLL diferidos	-	(93.367)	-	(712)	(94.079)
Total de IRPJ e CSLL	-	(94.552)	(8)	(712)	(95.272)
Alíquota efetiva (ii)	-	55%	-	-1%	56%

(ii) A alíquota efetiva das investidas optantes pelo Lucro Real está distorcida principalmente devido a não constituição de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal em razão da incerteza do lucro tributável esperado para os próximos anos na Controladora e nas controladas Concer e Concebra. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 34%.

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima.

## 8. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Bloqueios judiciais (i)	1.770	1.812	27.500	22.807
	1.770	1.812	27.500	22.807

(i) Depósitos e bloqueios judiciais diversos relacionados a processos de natureza cível, tributária e trabalhista.

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

9. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são referentes a operações com controladas, controladas em conjunto e sociedades que estão sob controle comum da Companhia.

Os principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	30/06/2023			31/12/2022		30/06/2022
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Concer	1	-	-	1	-	-
Juno	27.194	-	-	18.563	-	-
Mútuos/Operações financeiras:						
Econorte (vi)	-	553	99	-	2.940	714
CTVias	-	763	58	-	1.074	-
Outros:						
Vênus	-	5.623	-	-	5.623	-
Concer (i)	36.796	-	2.321	34.465	-	1.651
Outros	-	223	1.484	-	234	2.085
Total do circulante	63.991	7.162	3.962	53.029	9.871	4.450
Mútuos/ Operações financeiras:						
Rio Claro (ii)	1.002	-	36	167	-	1.143
Concer (iii)	7.712	-	489	7.223	-	361
Outros:						
Rio Tibagi (iv)	1.753	-	-	1.753	-	-
Concer (iv)	56.824	-	1.445	54.644	-	955
Concebra (iv)	14.503	-	3.033	12.972	-	1.639
Transbrasiliana (iv)	12.448	-	912	15.136	-	902
Aeroportos Brasil (i)	54.978	-	-	53.569	-	-
Outros	2.408	-	-	1.040	-	-
Total do não circulante	151.628	-	5.915	146.504	-	5.000
Total	215.619	7.162	9.877	199.533	9.871	9.450

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

- (i) Contas a receber da controlada Concer e da controlada em conjunto Aeroportos Brasil referente a sub-rogação da Triunfo na posição dos credores contemplados no Leilão Reverso em 2018 (vide Nota Explicativa nº 14). Em dezembro de 2020 foram realizados novos acordos com os credores do Leilão Reverso obtendo a quitação definitiva das dívidas pelo valor total de R\$26.651 e, adicionalmente, a Triunfo realizou o pagamento de R\$18.500 ao FINEP, credor da ABSA, na condição de avalista da dívida, se sub-rogando de tal crédito, que deverá ser pago de acordo com as condições contidas no aditivo ao Plano de RJ, com liquidação estimada para outubro de 2023;
- (ii) Mútuo referente a captações da Rio Claro com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras - IOF do período;
- (iii) Mútuos referentes a captações da Concer com a Triunfo, atualizados por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI;
- (iv) Contas a receber das controladas que incluem, além de reembolsos de despesas, créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Triunfo, cedidos às controladas para fins de abatimento de débitos tributários nos programas de parcelamentos (PRT e PERT).

	Consolidado					
	30/06/2023			31/12/2022		30/06/2022
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Prestação de serviço:						
Consórcio NSS (Concer) (i)	-	1.536	-	-	3.223	-
CTSA (Transbrasiliana) (ii)	-	1.609	-	-	1.710	-
Outros:						
Outros	-	990	4.686	-	2.075	4.815
Total do circulante	-	4.135	4.686	-	7.008	4.815
Prestação de serviço:						
CTSA (Econorte) (ii)	20.629	-	-	20.628	-	-
CTSA (Concebra) (ii)	45.584	-	-	45.584	-	-
Outros:						
Aeroportos Brasil S.A. (iii)	54.978	-	-	53.569	-	-
Outros	3.416	-	-	1.132	-	-
Total do não circulante	124.607	-	-	120.913	-	-
Ativo intangível em construção						
CTSA (Transbrasiliana) (iv)	26.072	-	-	24.882	-	-
TCE Engenharia (Transbrasiliana) (iv)	7.521	-	-	2.624	-	-
Total do intangível em construção	33.593	-	-	27.506	-	-
Total	158.200	4.135	4.686	148.419	7.008	4.815

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
 Período findo em 30 de junho de 2023  
 (Em milhares de Reais)

- (i) A Concer contratou a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através de consórcios construtores nos quais a CTSA participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias. Os preços e as quantidades das obras realizadas nas rodovias estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão e são fiscalizados pelo poder concedente;
- (ii) Referem-se a adiantamentos realizados pela Concebra e pela Econorte à CTSA para execução de obras previstas no PER (Programa de Exploração de Rodovias), bem como para serviços de recuperação e manutenção das rodovias;
- (iii) Contas a receber referente a sub-rogação da Triunfo na posição dos credores contemplados no Leilão Reverso em 2018 (vide nota explicativa nº 14). Em dezembro de 2020 foram realizados novos acordos com os credores do Leilão Reverso obtendo a quitação definitiva das dívidas pelo valor total de R\$26.651 e, adicionalmente, a Triunfo realizou o pagamento de R\$18.500 ao FINEP, credor da ABSA, na condição de avalista da dívida, se sub-rogando de tal crédito, que deverá ser pago de acordo com as condições contidas no aditivo ao Plano de RJ, com liquidação estimada para outubro de 2023;
- (iv) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no grupo de Ativo Intangível.

10. Ativo financeiro

	31/12/2022	Adições	Tarifa excedente (ii)	Atualização (iii)	30/06/2023
Bens reversíveis e indenizáveis (i)	1.392.102	24.891	(154.764)	(22.608)	1.239.621
	<u>1.392.102</u>	<u>24.891</u>	<u>(154.763)</u>	<u>(22.609)</u>	<u>1.239.621</u>

- (i) Valor transferido do ativo intangível e ativo imobilizado para ativo financeiro na controlada Concebra, em virtude da assinatura do 2º termo aditivo do contrato de concessão;
- (ii) Valor referente ao excedente tarifário, conforme item 5.4 do 2º termo aditivo do contrato de concessão, a partir de 03 de abril de 2022;
- (iii) O valor informado de R\$ (22.609), é composto por R\$ 104 se refere a remuneração do ativo financeiro até 30 de junho de 2023 pelo IPCA dos bens reversíveis e indenizáveis, conforme descrito no item (i) e (R\$ 22.712) atualização monetária acumulada pelo IPCA + TIR do montante proveniente da tarifa excedente, conforme item 5.4 do 2º termo aditivo do contrato de concessão.

Concebra - Segundo termo aditivo do contrato de concessão

Em 18 de fevereiro de 2022, conforme mencionado na Nota Explicativa n° 1.1, foi assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (Edital n° 004/2013) para fins de relicitação com vigência por 24 meses (com possibilidade de prorrogação) a contar da publicação do Decreto n° 10.864, de 19 de novembro de 2021, que qualificou o empreendimento para fins de relicitação. O Termo Aditivo prevê na cláusula 5ª, item 5.4, o desconto do montante auferido pela Concessionária da arrecadação proveniente da tarifa excedente, do valor de indenização pelos investimentos vinculados e bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

O ativo financeiro é composto pelo montante dos ativos reversíveis não amortizados, ajustado pela diferença do critério de amortização linear e atualização do IPCA até 30 de junho de 2023, de acordo com a Lei n° 13.448/2017, Decreto Lei n° 9.957/2019 e Resolução ANTT n° 5.860 de 2019, que estabelecem a metodologia de cálculo dos bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

11. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras	Investimentos permanentes em 30/06/2023	Investimentos permanentes em 31/12/2022
Econorte	22.567	100,00%	22.567	-	22.567	24.908
Rio Tibagi	801	100,00%	801	(1)	800	969
Concebra	98.427	100,00%	98.427	-	98.427	238.255
Concer (i)	14.615	81,84%	11.961	(367)	11.594	22.822
Rio Bonito	442	82,00%	362	(1)	361	477
Dable (ii)	262.103	100,00%	262.103	1	262.104	270.880
Venus	5.624	100,00%	5.624	-	5.624	5.624
TPI-Log (iv)	78.784	100,00%	78.784	(1)	78.783	78.818
TPL	35.272	100,00%	35.272	-	35.272	34.905
Rio Claro	6.894	100,00%	6.894	-	6.894	7.304
Urano	12.125	100,00%	12.125	1	12.126	12.126
ATTT (i)	131	64,00%	84	49	133	133
Mercurio	1	100,00%	1	-	1	1
Minerva	1	100,00%	1	-	1	1
Netuno	1	100,00%	1	-	1	1
Convale (v)	13.436	100,00%	13.436	(13.436)	-	-
Rio Guaíba	508	100,00%	508	-	508	329
CT vias (iii)	4.256	100,00%	4.256	10.189	14.445	14.980
Juno	22.724	100,00%	22.724	(1)	22.723	30.153
Concepa	28.038	100,00%	28.038	-	28.038	24.460
Total Investimentos	606.750		603.969	(3.567)	600.402	767.146
Ecovale (i)	-	52,50%	-	(46)	(46)	(46)
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	-		-	(46)	(46)	(46)
Total Investimentos Líquido	606.750	-	603.969	(3.613)	600.356	767.100

- (i) As controladas apresentam um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes e na integralização de capital, devido a envio de recursos em proporção diferente à participação da Companhia nas investidas;
- (ii) A controlada Dable detém 100% de participação na BR Vias Holding TBR, que detém 100% de participação na Transbrasiliana;
- (iii) O ágio e a mais valia na aquisição do CTVias, líquidos de amortização (R\$10.189), são reconhecidos no saldo de investimentos na Controladora.

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
 Período findo em 30 de junho de 2023  
 (Em milhares de Reais)

- (iv) A controlada TPI-Log detém 100% de participação na TPB;  
 (v) A controlada apresenta uma desqualificação decorrente de créditos a receber da Triunfo, demonstrados como redução do investimento na controladora:

	Consolidado			
	30/06/2023	31/12/2022	31/12/2022	30/06/2022
Investimento	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Tijoá	37.233	22.079	35.091	18.904
Total investimentos	37.233	22.079	35.091	18.904
Ecovale	(46)	-	(46)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(46)	-	(46)	-

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
 Período findo em 30 de junho de 2023  
 (Em milhares de Reais)

## b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/2022	Aportes (Redução) de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Distribuídos	Outros	Investimentos permanentes em 30/06/2023	Resultado de Equivalência Patrimonial em 30/06/2022
Econorte	24.908	-	(2.341)	-	-	22.567	(7.200)
Rio Tibagi	969	24	(193)	-	-	800	(53)
Concepa	24.460	4.951	(1.373)	-	-	28.038	(1.926)
Rio Guaíba	329	864	(685)	-	-	508	(1.792)
Concer	22.822	-	(11.229)	-	-	11.594	(8.861)
Rio Bonito	477	-	(116)	-	-	361	(189)
TPI LOG	78.818	-	(58)	-	(1)	78.783	(129)
Dable	270.880	(2.464)	(6.312)	-	-	262.104	-
ATTT Do Brasil	133	-	-	-	-	133	-
Rio Claro	7.304	-	(416)	-	-	6.894	(509)
TPL	34.905	6	367	-	-	35.272	(1.735)
Concebra	238.255	-	(139.827)	-	-	98.427	(90.334)
Vênus	5.624	-	-	-	1	5.624	3
Mercúrio	1	-	-	-	-	1	-
Minerva	1	-	-	-	-	1	-
CTVias	14.980	-	(420)	-	(115)	14.445	(602)
Netuno	1	-	-	-	-	1	-
Juno	30.153	-	22.614	(30.044)	-	22.723	18.840
Urano	12.126	-	-	-	-	12.126	1
Total Investimento	767.146	3.404	(139.989)	(30.044)	(115)	600.402	85.346
Total Investimentos	767.146	-	(78.195)	(30.044)	(115)	689.436	85.346
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(46)	-	-	-	-	(46)	-
Total Investimento líquido	767.100	3.404	(139.989)	(30.044)	(115)	600.356	85.346

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

c) Conciliação do patrimônio líquido e resultado do exercício da Controladora com consolidado

	Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo) líquido	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	30/06/2022
Controladora	760.673	911.429	(144.784)	78.197
Participação de acionistas não controladores	3.098	5.614	(2.516)	(2.008)
Consolidado	763.771	917.043	(147.300)	76.189

d) Saldos de ativo, passivo e resultado das controladas e controladas em conjunto em 30 de junho de 2023

Empresa	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Econorte	22.204	1.487	937	187	22.567	(2.341)
Rio Tibagi	296	3.088	2.138	445	801	(194)
Concepa	3.946	29.126	106	4.928	28.038	(1.372)
Rio Guaíba	74	595	126	35	508	(685)
Concer	27.544	320.924	261.930	71.923	14.615	(13.719)
Rio Bonito	353	156	67	-	442	(139)
Concebra	60.444	1.329.202	218.580	1.072.639	98.427	(139.828)
Dable	-	262.103	-	-	262.103	(6.312)
BRVias Holding	8.442	284.529	4.172	4.520	284.279	(7.266)
Transbrasiliana	32.962	670.667	107.070	312.029	284.530	(7.128)
CTVias	621	6.401	2.137	629	4.256	(420)
Vênus	5.624	-	-	-	5.624	-
TPI - Log	-	78.784	-	-	78.784	(58)
TPL	5.700	70.715	2.060	39.083	35.272	367
TPB	6	78.805	28	-	78.783	(58)
Rio Claro	1.860	6.070	1.036	-	6.894	(415)
Urano	-	12.125	-	-	12.125	-
ATTT	-	131	-	-	131	-
Mercúrio	1	-	-	-	1	-
Netuno	1	-	-	-	1	-
Minerva	1	-	-	-	1	-
Juno	12.833	37.234	27.343	-	22.724	22.613
Tijoa	67.626	98.204	54.749	49.639	61.442	44.070

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

## 12. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo histórico, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada pelo método linear e pelas taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva.

## a) Movimentação do ativo imobilizado em 30 de junho de 2023

Custo	Consolidado							Total
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. De Dados	Veículos	Outros	
SalDOS em 31/12/2022	150.429	29.615	18.575	3.594	9.355	28.723	1.501	241.792
Construções / Aquisições	2.056	-	815	127	446	218	683	4.345
Baixas	-	-	(4)	(1)	-	-	(37)	(121)
Transferências	-	-	(367)	3	(3)	-	-	(367)
SalDOS em 30/06/2023	152.485	29.615	18.940	3.723	9.798	28.941	2.147	245.649
Depreciação								
SalDOS em 31/12/2022	-	(18.272)	(15.528)	(3.549)	(8.550)	(27.428)	(976)	(74.303)
Depreciação	-	(539)	(602)	(370)	(319)	(521)	-	(2.351)
Depreciação - Mais valia	-	-	-	-	-	-	(48)	(48)
Baixas	-	-	3	-	-	-	-	3
Transferência	-	-	(31)	196	19	-	(97)	87
SalDOS em 30/06/2023	-	(18.811)	(16.158)	(3.723)	(8.850)	(27.949)	(1.121)	(76.612)
Valor residual líquido								
SalDOS em 31/12/2022	150.429	11.343	3.047	45	805	1.295	525	167.489
SalDOS em 30/06/2023	152.485	10.804	2.782	-	748	992	1.026	169.037
Taxas de depreciação	-	4%	10%	10%	20%	20%	10%	

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
 Período findo em 30 de junho de 2023  
 (Em milhares de Reais)

b) Movimentação do ativo imobilizado em 30 de junho de 2022

Custo	Consolidado							Total
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. De Dados	Veículos	Outros	
Saldos em 31/12/2021	145.849	29.615	18.134	3.522	11.724	26.210	1.143	236.197
Construções / Aquisições	-	-	177	58	274	467	230	1.206
Transferências	-	-	(3)	(1)	2	-	-	(2)
Transferência ativo financeiro	-	-	-	(207)	(2.553)	(13)	-	(2.773)
Saldos em 30/06/2022	145.849	29.615	18.308	3.372	9.447	26.664	1.373	234.628
Depreciação								
Saldos em 31/12/2021	-	(17.291)	(14.173)	(3.123)	(7.793)	(24.218)	(801)	(67.399)
Depreciação	-	(482)	(646)	(248)	(354)	(893)	(22)	(2.645)
Depreciação - Mais valia	-	-	-	-	-	-	(48)	(48)
Saldos em 30/06/2022	-	(17.773)	(14.819)	(3.371)	(8.147)	(25.111)	(871)	(70.092)
Valor residual líquido								
Saldos em 31/12/2021	145.849	12.324	3.962	399	3.931	1.992	342	168.798
Saldos em 30/06/2022	145.849	11.842	3.490	1	1.300	1.553	502	164.536
Taxas de depreciação	-	4%	10%	10%	20%	20%	10%	

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
 Período findo em 30 de junho de 2023  
 (Em milhares de Reais)

## 13. Intangível e intangível em construção

## Movimentação do ativo intangível em 30 de junho de 2023

	Consolidado								
	Total Controladora (i)	Ativos de Concessão Rodovias (ii)	Projetos de atividades portuárias (iii)	Ágio na aquisição da Transbrasiliana (iv)	Ágio na aquisição CTVias (v)	Carteira clientes (CTVias) (vi)	Outros	Total Intangível	Intangível em construção (Ativos de contrato) (vii)
<b>Custo</b>									
Saldos em 31/12/2022	6.973	4.278.418	10.039	17.738	9.555	1.355	407	4.324.485	199.687
Adições	942	31.125	-	-	-	-	-	32.067	34.574
Baixas	-	(133)	-	-	-	-	-	(133)	(113)
Transferência	-	3.000	-	-	-	-	-	3.000	-
Transferência ativo financeiro (viii)	-	(24.891)	-	-	-	-	-	(24.891)	(2.656)
<b>Saldos em 30/06/2023</b>	<b>7.915</b>	<b>4.287.519</b>	<b>10.039</b>	<b>17.738</b>	<b>9.555</b>	<b>1.355</b>	<b>407</b>	<b>4.334.528</b>	<b>231.492</b>
<b>Amortização</b>									
Saldos em 31/12/2022	(555)	(3.501.637)	-	(6.202)	-	(678)	(209)	(3.509.281)	(10.953)
Amortização	(168)	(73.231)	-	-	-	(68)	-	(73.467)	(2.543)
Amortização - mais valia	-	-	-	(476)	-	-	-	(476)	-
Baixa	-	5	-	-	-	-	-	5	26
Transferências	-	(268)	-	-	-	-	-	(268)	-
<b>Saldos em 30/06/2023</b>	<b>(723)</b>	<b>(3.575.131)</b>	<b>-</b>	<b>(6.678)</b>	<b>-</b>	<b>(746)</b>	<b>(209)</b>	<b>(3.583.487)</b>	<b>(13.470)</b>
<b>Valor residual líquido</b>									
Saldos em 31/12/2022	6.418	776.781	10.039	11.536	9.555	677	198	815.204	188.734
Saldos em 30/06/2023	7.192	712.388	10.039	11.060	9.555	609	198	751.041	218.022

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
 Período findo em 30 de junho de 2023  
 (Em milhares de Reais)

## Movimentação do ativo intangível em 30 de junho de 2022

	Consolidado								
	Total Controladora (i)	Ativos de Concessão Rodovias (ii)	Projetos de atividades portuárias (iii)	Ágio na aquisição da Transbrasiliana (iv)	Ágio na aquisição CTVias (v)	Carteira clientes (CTVias) (vi)	Outros	Total Intangível	Intangível em construção (Ativos de contrato) (vii)
Custo									
Saldos em 31/12/2021	6.628	5.804.920	8.769	17.738	9.555	1.355	407	5.849.372	97.907
Adições	570	23.593	-	-	-	-	-	24.163	31.240
Baixas	-	(1.996)	(1)	-	-	-	-	(1.996)	(90)
Transferência	-	75	-	-	-	-	-	75	(75)
Transferência Ativo Financeiro (viii)	-	(1.294.407)	-	-	-	-	-	(1.294.407)	-
Saldos em 30/06/2022	<u>7.198</u>	<u>4.532.185</u>	<u>8.768</u>	<u>17.738</u>	<u>9.555</u>	<u>1.355</u>	<u>407</u>	<u>4.577.207</u>	<u>128.982</u>
Amortização									
Saldos em 31/12/2021	(164)	(3.590.706)	-	(5.284)	-	(543)	(209)	(3.596.906)	(7.186)
Amortização	(206)	(88.287)	-	(460)	-	-	-	(88.953)	(1.944)
Amortização - mais valia	-	-	-	-	-	(68)	-	(68)	-
Baixa	-	610	-	-	-	-	-	(610)	-
Saldos em 30/06/2022	<u>(370)</u>	<u>(3.678.383)</u>	<u>-</u>	<u>17.738</u>	<u>9.555</u>	<u>1.355</u>	<u>407</u>	<u>(3.685.317)</u>	<u>(9.130)</u>
Valor residual líquido									
Saldos em 31/12/2021	6.464	2.214.214	8.769	12.454	9.555	812	198	2.252.466	90.721
Saldos em 30/06/2022	6.828	853.802	8.768	11.994	9.555	744	198	891.890	119.852

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2023

(Em milhares de Reais)

---

- (i) O ativo intangível da Controladora é principalmente composto por gastos com desenvolvimento de novos projetos e obtenção de licenças para o segmento portuário (logístico);
- (ii) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01;
- (iii) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário (logístico), que ainda não estão em fase operacional.
- (iv) Refere-se ao ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição da BR Vias Holding TBR, controladora da concessionária Transbrasiliana;
- (v) Refere-se ao ágio na aquisição de CTVias, realizada em 28 de dezembro de 2017, cuja alocação final do preço de compra foi reconhecida em junho de 2018;
- (vi) Refere-se à carteira de clientes identificada na avaliação da alocação do preço de compra da controlada CTVias.
- (vii) O intangível em construção (ativos de contrato) reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das Informações contábeis intermediárias, e está segregado do saldo do Intangível conforme requerido pela norma de reconhecimento de receita (CPC 47 / IFRS 15);
- (viii) Transferência de ativo intangível para ativo financeiro na controlada Concebra, conforme mencionado na nota explicativa nº 10.

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01- Contratos de Concessão não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de exploração das rodovias, por meio de cobrança de pedágio dos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício/período de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada as curvas de tráfego estimadas como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados pela Administração.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

Na controlada Concer, o reconhecimento inicial do prazo de amortização dos investimentos na Nova Subida da Serra ("NSS") foi realizado com base nas liminares deferidas pela Justiça Federal de Brasília, no entanto, a Administração revisou o prazo de amortização embasada na conclusão da perícia técnica de engenharia e da perícia econômica, que puderam consolidar os valores e prazos apontados. Em razão de novas informações os investimentos na NSS no exercício de 2021 estão sendo amortizados considerando o prazo de 65 meses a partir do término do contrato original. Reforçamos que os valores e prazos permanecem sendo revisados periodicamente, e serão submetidos anualmente ao teste de recuperabilidade ou quando novas informações que possam impactar essas estimativas estejam disponíveis.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização.

As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento foram baseadas no orçamento anual para 2023 e no plano de negócios de longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e consideram: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital estimados pela Administração. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia.

Os resultados apurados nos testes de *impairment* para as demais controladas da Companhia também foram superiores aos saldos contábeis, sendo assim, não foram identificadas outras perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício de 2022.

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

14. Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Passivo Circulante	7.830	12.819	231.550	337.011
Passivo não circulante	36.991	36.962	1.083.769	1.049.325
	<u>44.821</u>	<u>49.781</u>	<u>1.315.319</u>	<u>1.386.336</u>

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			30/06/2023	31/12/2022
Triunfo (Controladora):				
Fiança Bancária FINEP - FIBRA	Não há	8% a.a.	760	732
Cédula de crédito bancário e FINEP - China				
Construction Bank	Não há	CDI + 1,5% a.a.	34.118	37.367
China Construction Bank - Bônus Adimplemento	Não há	N/A	9.943	11.682
Concer:				
Cédula de crédito bancário - Avalista	Não há	CDI + 0,5% a.a.	1.551	4.653
Crédito Bancário - Banco ABC	Não há	CDI + 1,2% a.a.	22.621	25.966
Empréstimo Ponte - BNDES	Fiança da Companhia (Triunfo) e fiança bancária	TJLP + 0,5% a.a.	74.711	110.658
			98.883	141.277
Concebra:				
Empréstimo - BNDES Subcrédito A	Alienação fiduciária de direitos creditório	TLP + 2% a.a.	834.984	850.316
Empréstimo - BNDES Subcrédito B	Alienação fiduciária de direitos creditórios	TLP + 2% a.a.	333.696	339.954
			1.168.680	1.190.270
Transbrasiliana:				
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3% a.a.	1.801	3.406
Cédula de crédito bancário - Banco Volkswagen S.A.	Alienação fiduciária dos bens financiados	12,2% a.a.	1.134	1.602
			2.935	5.008
			<u>1.315.319</u>	<u>1.386.336</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
 Período findo em 30 de junho de 2023  
 (Em milhares de Reais)

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 30 de junho de 2023 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	16.270	195.420
2025	15.945	883.573
2026 em diante	4.776	4.776
	<u>36.991</u>	<u>1.083.769</u>

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como: não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76; relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros.

A Administração da Companhia vem adotando medidas para melhorar sua estrutura de capital, negociando alternativas para o alongamento do perfil do seu endividamento na Controladora e em suas controladas. Em 2017, foram estruturados Planos de Recuperação Extrajudicial ("Planos de RE"), conforme explicados a seguir.

#### Planos de Recuperação Extrajudicial (suspensos em janeiro de 2020)

O pedido de homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras subsidiárias e da Concer foi protocolado no dia 22 de julho de 2017 e foi deferido em 25 de julho de 2017, determinando a partir desta data a suspensão de todas as ações e execuções relacionadas a créditos abrangidos pelos Planos.

No dia 9 de fevereiro de 2018 foram homologados os Planos de RE, conforme sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 19 de fevereiro de 2018.

Os Planos de RE foram estruturados principalmente em virtude: (i) da execução, por parte de credores financeiros, das dívidas e suas garantias das controladas Concer e Concebra; (ii) dos riscos inerentes de bloqueios judiciais de ativos operacionais e financeiros essenciais à manutenção das atividades da Triunfo e da Concer; (iii) de restrições de liquidez, considerando a deterioração do cenário macroeconômico; (iv) da queda do desempenho operacional de algumas controladas da Triunfo; e (v) da necessidade de aportes não previstos na Concer e na Concebra.

Os Planos de RE abrangiam unicamente os credores financeiros das empresas e não envolvem fornecedores e funcionários. Com esses planos, a Companhia e suas controladas buscaram equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

A homologação dos Planos de RE consiste no reconhecimento de que foram preenchidos os requisitos legais necessários e que as disposições dos Planos se tornam vinculantes a todos os Credores Abrangidos, independentemente de terem ou não aderido espontaneamente. Como consequência, os Créditos Abrangidos seriam pagos nas condições reestruturadas previstas em cada um dos planos, conforme mencionado a seguir:

- Opção A de pagamento do Plano de RE da Triunfo e controladas: carência de 48 meses a partir da data do pedido de homologação e pagamento de principal e juros em 48 meses após a carência;
- Opção B de pagamento do Plano de RE da Triunfo e controladas: consiste na opção de antecipação do recebimento mediante aplicação de deságio da dívida por meio do Leilão Reverso; e
- Plano de RE da Concer: consiste no pagamento de juros mensais equivalentes ao indexador do contrato + *spread* de 0,5% a.a., com amortização do principal de 2019 a 2021.

Em relação à Opção B de pagamento, o Leilão Reverso foi realizado no dia 20 de março de 2018 e foram contemplados os credores que apresentaram maior deságio, até o limite de R\$112 milhões que estavam disponibilizados para esta opção. As dívidas a serem liquidadas nesta operação incluíam dívidas próprias e de controladas em que a Triunfo é avalista. Os valores das dívidas totalizavam R\$250,4 milhões e o deságio médio obtido foi de 55,3%. O pagamento dos créditos contemplados foi suspenso por decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (“TJSP”) em 19 de março de 2018. Em 10 de maio de 2018 o TJSP liberou o pagamento aos credores, porém assentou a possibilidade de devolução dos valores caso o Plano de RE não fosse homologado em 2ª instância.

Em decorrência desta decisão, em 17 de maio de 2018 a Companhia depositou em juízo os montantes para liquidação das dívidas contempladas. No dia 29 de maio de 2018 o TJSP proferiu nova decisão deferindo a expedição das guias de levantamento dos recursos depositados em juízo, com exceção dos fundos FLA Investors, cuja retirada dos recursos estava condicionada à apresentação de fiança bancária por serem instituições financeiras sediadas fora do país. A decisão manteve em aberto a possibilidade de devolução dos valores caso não ocorresse a homologação em 2ª instância.

Desta forma, no terceiro trimestre de 2018 foram registradas as amortizações dos créditos contemplados no Leilão Reverso, exceto para os créditos dos fundos FLA Investors, que compôs o saldo de depósitos judiciais até abril de 2021. Para os créditos contemplados na qual a Companhia é avalista (Concer e da Aeroportos Brasil), a Triunfo se sub-rogou na posição dos credores, cobrando das investidas os valores depositados em juízo. Os créditos sub-rogados estão reconhecidos na rubrica de partes relacionadas (vide nota explicativa nº 9).

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 03 de dezembro de 2019, foi reformada a sentença de primeira instância concedida em 09 de fevereiro de 2018, e a partir de 23 de janeiro de 2020, com a publicação do Acórdão, os Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras, bem como da Concer, encontram-se suspensos. A decisão determinou, ainda, que os credores contemplados no Leilão Reverso devolvessem os recursos por meio de depósito judicial até que ocorresse a destinação dos montantes em nova decisão.

Em novembro de 2020 foram celebrados acordos visando obter a quitação definitiva junto aos credores Banco BTG Pactual (Debêntures Vessel e CCB Aeroportos Brasil S.A.), Banco ABC (CCB Maestra) e FLA *Investors* (CCB Triunfo) para as respectivas dívidas contempladas pelo Leilão Reverso. No mês de dezembro de 2020, foram celebrados acordos de mesma natureza com os bancos Pine (CCB Concer), Banco de Crédito e Varejo (CCB Concer) e com o FIDIC São Luiz, que adquiriu os créditos do Haitong Banco de Investimentos (CCB Aeroporto Brasil S.A). Em maio de 2021 foi celebrado acordo junto ao banco Fibra (CCB Concer).

Em 10 de março de 2023, a Companhia, a controlada Concer e BNDES firmaram acordo de não execução da dívida até 30 de setembro de 2023.

A Companhia permanece conduzindo negociações com os demais credores abrangidos nos Planos de Recuperação Extrajudicial, visando reafirmar os compromissos realizados à época.

Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a possibilidade de reversão da decisão em instâncias superiores é possível. Desta forma, em 30 de junho de 2023, as Informações contábeis intermediárias permanecem apresentando os saldos das dívidas com os efeitos dos Planos de RE da Companhia e da Concer, uma vez que não ocorreu o trânsito e julgado do processo e, conseqüentemente, a expectativa é de que sejam mantidas as condições que já haviam sido acordadas com os credores nos Planos homologados em primeira instância. Adicionalmente, os credores contemplados no Leilão Reverso apresentaram Embargos de Declaração ao Acórdão, solicitando a reversão da decisão e reafirmando o compromisso realizado no âmbito do Plano. Por essas razões, os saldos apresentados atualmente nas Informações contábeis intermediárias retratam de forma conservadora a melhor estimativa da Administração para a resolução das dívidas com os credores abrangidos nos Planos.

Caso fossem contabilizados os efeitos da suspensão dos Planos, considerando as dívidas ainda pendentes de renegociação, seriam reconhecidos novamente na Concer os encargos moratórios perdoados relacionados ao BNDES, e a diferença do *spread* atual para o previsto nos contratos originais, condições firmadas à época com os credores do Plano da controlada e que totalizariam R\$ 118.476 em 30 de junho de 2023.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

#### Repactuação Empréstimo Ponte - BNDES (Concebra)

Em 23 de dezembro de 2019, a Concebra assinou junto ao BNDES o instrumento de confissão e reescalonamento do passivo decorrente do Empréstimo ponte, com interveniência (aval) da Triunfo. O novo formato da negociação prevê a quitação de dívida total (atualizada até a data de seu reescalonamento) de R\$1.111.265, sendo que (i) R\$792.348 (parcela denominada Subcrédito A) serão pagos pela Concebra em 72 parcelas, mais uma parcela única com vencimento em 15/12/2025, a ser quitada com aporte da Triunfo, ou podendo ainda ser quitada antecipadamente no eventual recebimento de indenização pela relicitação, e (ii) a diferença, de R\$318.917 (denominada Subcrédito B), correspondente aos encargos moratórios do Empréstimo ponte, será perdoadada. O novo indexador aplicável será TLP + 2% a.a.

Conforme previsto no contrato de reescalonamento, o valor do Subcrédito B terá seu pagamento dispensado anualmente pelo BNDES a partir de 31 de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2024, na proporção do saldo efetivamente amortizado do Subcrédito A. O saldo residual do Subcrédito B também será perdoado na quitação do Subcrédito A, na data de vencimento (31 de dezembro de 2025) ou a qualquer momento em uma eventual liquidação antecipada.

Para garantir o pagamento das 72 parcelas do Subcrédito A, a Concebra alienou fiduciariamente ao BNDES direitos creditórios representativos de até 27% de seu faturamento bruto mensal ou um valor mínimo de parcela (a partir de R\$5.400), dependendo do valor da tarifa de pedágio praticada no vencimento da parcela a ser paga. Na prática, as receitas de pedágio e acessórias auferidas pela Concebra são diretamente depositadas em uma conta centralizadora e, ao final de cada mês, o valor da parcela é diretamente transferido para o BNDES para pagamento do Subcrédito A, sendo que apenas o saldo residual pode ser utilizado pela Concessionária para quitar seus custos, despesas e tributos, correntes e extraordinários.

A despeito da confirmação acima a respeito do perdão do Subcrédito B e, ainda, da alteração de indexador, da forma e prazo de pagamento da dívida, da garantia etc., o BNDES fez constar do contrato que essas alterações não representam uma novação da dívida, de modo que não restaram totalmente atendidos os requisitos da liquidação, cancelamento ou expiração do prazo para o desreconhecimento de um passivo financeiro, na forma do item 3.3.1 do Pronunciamento Técnico CPC-48. Houve, como se esclareceu acima, alterações muito significativas, mas que não atendem à literalidade da norma. Da mesma forma, não restou plenamente caracterizada a aplicação da regra do item 3.3.2 do mesmo CPC-48 (substituição dos instrumentos de dívida por outro substancialmente diferente), por conta da natureza (jurídica) condicional do perdão anual do Subcrédito B e das exigências específicas do item B.3.3.6 para sua aplicação, a despeito de, na prática, os benefícios obtidos terem sido substanciais.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

Não há dúvidas, no entanto, de que a assinatura do contrato de reescalonamento gerou uma profunda e considerável alteração nas condições da dívida perante o BNDES, gerando-se ganhos relevantes e observáveis desde logo para a Concebra, embora a aplicação literal do item 3.3. do CPC-48 não possibilite a demonstração apropriada dessa nova posição financeira.

A Administração da Companhia e da Concebra entendem que a referida norma não reflete a essência da transação com o BNDES, tampouco possibilita a obtenção de resultados similares àqueles que seriam obtidos por terceiros independentes na avaliação do valor desse mesmo passivo em qualquer outra circunstância.

Por esses motivos, com o objetivo de divulgar todas as informações disponíveis para qualquer intérprete das presentes Informações contábeis intermediárias, foi estimado o valor da dívida considerando o perdão de parte dos encargos moratórios, que na opinião da Administração da Companhia reflete de maneira mais apropriada os termos do reescalonamento e o montante que de fato espera-se ter desembolso para quitação do saldo devedor.

O valor estimado de perdão de encargos moratórios do BNDES foi apurado com base nos seguintes critérios: (i) cálculo dos saldos devedores de 2021 a 2024 pelos juros previstos no contrato de reescalonamento; (ii) reconhecimento da amortização do Subcrédito A que ocorrerá com a retenção de parte das receitas de pedágio e, por conseguinte, do saldo a ser perdoado do Subcrédito B, o qual, ao final, (iii) foi descontado a valor presente pela taxa de 12,48% a.a., que representa o custo atual do financiamento. A partir de tal fluxo, conclui-se que a Concebra deixará de pagar o equivalente a R\$ 57.693 (2023 e 2024) na data dessas Informações contábeis intermediárias, sendo o montante de R\$ 1.298.343 o valor da dívida que a Companhia entende como mais adequado para avaliação da situação patrimonial.

A estimativa das parcelas a serem perdoadas referentes aos encargos moratórios (Subcrédito B) estão apresentadas abaixo por período de vencimento.

	2023	2024	2025	Total
Valor futuro (Subcrédito B)	29.248	59.448	296.835	385.531
(-) Ajuste a valor presente	(8.695)	(22.308)	(131.966)	(162.969)
Perdão dos encargos moratórios em 30/06/2023	<u>20.553</u>	<u>37.140</u>	<u>164.869</u>	<u>222.562</u>

Vale ressaltar, ainda, que no caso de quitação antecipada do Subcrédito A, o saldo do Subcrédito B terá o pagamento integralmente dispensado. Assim, o valor da dívida, para fins de análise de valor de liquidação, em 30 de junho de 2023 seria equivalente apenas ao saldo de Subcrédito A, que monta R\$834.984.

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
 Período findo em 30 de junho de 2023  
 (Em milhares de Reais)

15. Debêntures

Emissora	Série	Debêntures emitidas	Vencimento	Valor Nominal	Custos de transação	Valor Líquido	Taxa de juros de emissão	Taxa efetiva de juros	30/06/2023	31/12/2022
Transbrasiliana (i)	8ª Emissão	275.400	03/2033	275.400	(27.469)	247.931	CDI + 9,6%	CDI + 9,6%	306.246	279.935
				<u>301.400</u>	<u>(27.469)</u>	<u>273.931</u>			<u>306.246</u>	<u>279.935</u>
									33.474	-
									272.772	279.935

- (i) A controlada Transbrasiliana realizou em 24 de março de 2022 a oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia Adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Transbrasiliana, nos termos da instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 275.400 e prazo de vencimento de 11 anos, a contar da data de emissão, carência de 1 ano para amortização dos juros e 2 anos para amortização do principal. Os recursos foram liberados em duas tranches, nas datas de 11 de abril de 2022 e 14 de abril de 2022 nos valores de R\$ 108.500 e R\$ 166.900, respectivamente. As Debêntures foram emitidas nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada e no Decreto 8.874, de 11 de outubro de 2016, e os recursos captados serão aplicados no projeto de infraestrutura no setor de logística e transporte objeto do Contrato de Concessão celebrado entre ANTT e a Transbrasiliana, enquadrado como projeto prioritário pelo Ministério da Infraestrutura, por meio da Portaria do Ministério da Infraestrutura, Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias nº 211, de 02 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 09 de março de 2022. As Debêntures foram subscritas e integralizadas pelo fundo de investimento sob gestão da Quadra Capital.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

O vencimento das parcelas das debêntures registrada no passivo não circulante em 30 de junho de 2023 está assim distribuído:

Ano	Consolidado
2024	23.584
2025	24.361
2026	24.412
2027	67.767
2028	38.766
2029 em diante	93.882
	<u>272.772</u>

## 16. Obrigações do Contrato de Concessão

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente. A provisão para manutenção é trazida a valor presente utilizando-se a taxa interna de retorno das respectivas concessões.

	Consolidado			
	31/12/2022	Constituição da provisão para manutenção	Efeito do valor presente sobre a constituição	30/06/2023
Transbrasiliana	10.298	339	287	10.924
Total	<u>10.298</u>	<u>339</u>	<u>287</u>	<u>10.924</u>
Circulante	5.964	-	-	7.400
Não circulante	4.334	-	-	3.524

## 17. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	81	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	31	149	49
Imposto de Renda Retido na Fonte	2	-	589	289
COFINS	28	37	4.235	12.543
PIS	5	5	922	397
INSS	-	2	191	463
Imposto Sobre Serviços	-	-	6.575	6.385
Imposto sobre Operações Financeiras	3	2	16	21
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	38	53	1.436	679
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	-	-	7.441	8.557
Outros Parcelamentos	3.004	3.375	35.099	27.387
Outros Débitos Tributários	-	-	92	315
Total	<u>3.080</u>	<u>3.505</u>	<u>56.826</u>	<u>57.085</u>
Passivo circulante	1.179	1.176	27.244	34.765
Passivo não circulante	1.901	2.329	29.582	22.320

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

## 18. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em causas cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas.

As provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. As provisões são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				30/06/2023
	31/12/2022	Adições	Pagamentos	Reversões	
Processos cíveis	57.951	6.796	(3.107)	(686)	60.954
Processos tributários	6.872	559	-	-	7.431
Processos trabalhistas	10.064	2.327	(1.312)	(863)	10.216
	<u>74.887</u>	<u>9.682</u>	<u>(4.419)</u>	<u>(1.549)</u>	<u>78.601</u>

Os processos cíveis são compostos principalmente por ações de usuários requerendo reparação civil por incidentes nas rodovias.

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são polo passivo em processos cujas chances de perda foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$906.231 (R\$1.614.797 no consolidado) em 30 de junho de 2023, e R\$906.887 (R\$1.606.579 no consolidado) em 31 de dezembro de 2022, para os quais não foram constituídas provisões.

Cabe mencionar, ainda, que os Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e controladas encontram-se suspensos devido à decisão de 2ª instância que reverteu a homologação dos Planos. Os assessores da Companhia consideram como possível a probabilidade de perda no referido processo em instâncias superiores e, desta forma, a Companhia não constituiu provisões para demandas judiciais nem reconheceu os passivos financeiros sob as condições originais dos contratos com os credores, que totalizariam R\$ 118.476 (R\$104.670 em dezembro de 2022) líquidos dos valores a serem devolvidos pelos credores, uma vez que não reconhece que haverá provável desembolso de caixa destas naturezas. Vide contexto completo da Recuperação Extrajudicial na Nota Explicativa nº 14.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº1.1 item iii, A Triunfo, na qualidade de avalista da Aeroportos Brasil no contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, e em atendimento ao item 5.7.1 do termo aditivo ao plano de recuperação judicial, poderá ser requerida a realizar os pagamentos dos juros mensais ao FINEP, sendo que o valor estimado para os próximos 12 meses é de até R\$1.318.

Em relação aos Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227 julgados pelo Supremo Tribunal Federal referente entendimento relacionado à coisa julgada em matéria tributária, a Administração reitera que avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que desde a sua data de constituição, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo e não se beneficiou tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última instância no STF, e que a decisão não resulta em impactos nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2023.

## 19. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

Em 27 de abril de 2023 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia na proporção de 4 (quatro) ações convertidas para 1 (uma) ação sem alteração de seu capital social, de acordo com a posição acionária na data base de 27 de abril de 2023.

Em 30 de junho de 2023, o capital social subscrito e integralizado de R\$842.979 está representado por 44.000.000 ações ordinárias (176.000.000 em 30 de junho de 2022), nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social para até 50.000.000 (200.000.000 em 30 de junho de 2022) de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Deste total de aumento autorizado, até 30 de junho de 2023 já foram emitidas 23.143.934 novas ações (92.575.734 em 30 de junho de 2022).

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
 Período findo em 30 de junho de 2023  
 (Em milhares de Reais)

---

## b) Ações em tesouraria

Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações de sua própria emissão, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto das ações da Companhia no Mercado. O programa inicial tinha prazo de 365 dias e foi aprovado novamente em 22 de março de 2016, estendendo seu prazo por mais 18 meses.

Em 18 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a continuidade do programa de recompra de ações, que se encerrou em março de 2019. A quantidade total de ações recompradas foi de 623.350 ações (2.493.400 ações em 30 de junho de 2022), totalizando R\$10.894.

## c) Lucro (prejuízo) por ação

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(144.784)	78.197
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação - básico	43.376.650	173.506.600
Resultado por ação - básico	(3,33783)	0,45069
Resultado por ação - diluído	(3,33783)	0,45069

## d) Lucro/(prejuízo) base de dividendos

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
(Prejuízo)/lucro líquido	<u>(144.784)</u>	<u>78.197</u>
Base de cálculo de dividendos	<u>(144.784)</u>	<u>78.197</u>

Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, conforme previsto na Lei nº 6.404/76, bem como no Estatuto da Companhia. A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Qualquer excesso é mantido no patrimônio líquido, na conta de dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

## e) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

## f) Participação de acionistas não controladores

O saldo de participação de acionistas não controladores apresentado no Patrimônio Líquido consolidado refere-se à parcela dos demais acionistas das investidas Concer e Rio Bonito, que são consolidadas integralmente pela Companhia.

## 20. Receita operacional líquida

	Consolidado			
	01/04/2023 a 30/06/2023	30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	30/06/2022
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	194.226	385.854	183.938	359.518
Construção de ativos das concessões de rodovia	32.820	55.448	27.373	49.617
Remuneração poder concedente	(8.521)	104	303.967	303.967
Outros	2.802	5.262	1.385	2.629
Total Receitas Brutas	221.327	446.668	516.663	715.731
(-) Deduções da receita	(17.000)	(33.938)	(16.001)	(31.421)
Receita líquida	204.327	412.730	500.662	684.310

A receita líquida do primeiro semestre de 2023 apresentou redução de 39,7% em relação ao mesmo período de 2022, em virtude do registro inicial da remuneração do ativo financeiro na controlada Concebra em junho de 2022, em virtude da assinatura do segundo termo aditivo do contrato de concessão. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de 11,8% da receita de construção de ativos de rodovias, devido a execução das obras na controlada Concebra para o cumprimento das obrigações previstas no termo aditivo, e pelo aumento de 7,3% na arrecadação de pedágio nas controladas Concer, Concebra e Transbrasiliana em decorrência do aumento do fluxo de veículos e reajustes tarifários.

## a) Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

b) Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

A Companhia também avaliou que não está prevista no contrato original de concessão qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção nas concessões rodoviárias.

A controlada Concebra, com base em estudos realizados e levantamentos internos, identificou custos que só existem em função das obras de duplicação e recuperação das rodovias e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Concebra contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2014, margem de construção de 2,6% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

c) Remuneração do ativo financeiro

Corresponde aos efeitos de atualização, na controlada Concebra, dos ativos financeiros reversíveis não amortizados avaliados pelo custo amortizado à curva de tráfego, ajustado pela diferença do critério de amortização linear e atualização do IPCA, de acordo com a lei nº 13.448/2017, decreto lei 9.957/2019 e resolução ANTT 5.860 de 2019, que estabelecem a metodologia de cálculo dos bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

Com a celebração do 2º termo aditivo do contrato de concessão para fins de relicitação da controlada Concebra, e com base nas diretrizes da orientação OCPC-05 e interpretação ICPC-01, considera-se que o ativo financeiro de indenização representa um recebível e que a parcela de remuneração, por ser parte intrínseca do negócio, representa receita da operação.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

## d) Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias

Receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros.

## 21. Custos e despesas

	Consolidado			
	01/04/2023 a 30/06/2023	30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	30/06/2022
a) Por natureza				
Conservação e manutenção de rodovias	(62.370)	(142.054)	(61.897)	(91.792)
Operação de rodovias	(33.553)	(68.907)	(24.070)	(50.714)
Provisão de manutenção	(169)	(339)	(210)	(420)
Construção - Ativos de concessão	(32.390)	(54.824)	(27.200)	(49.280)
Obrigações de concessão	(13.485)	(26.428)	(11.207)	(22.335)
Amortização de intangível - ativos de concessão	(37.636)	(75.734)	(43.078)	(89.713)
Pessoal	(35.756)	(69.483)	(32.456)	(62.844)
Remuneração dos administradores	(6.900)	(11.488)	(6.388)	(11.094)
Depreciação	(2.869)	(6.064)	(3.168)	(5.555)
Resultado de equivalência Patrimonial	10.660	22.079	9.471	18.904
Honorários advocatícios	(10.138)	(22.572)	(3.955)	(8.284)
Consultorias empresariais	(7.808)	(14.501)	(10.465)	(16.163)
Provisão para contingências	(616)	(6.633)	(2.871)	(3.479)
Outros	199	(2.689)	3.521	654
	<u>(232.831)</u>	<u>(479.637)</u>	<u>(213.973)</u>	<u>(392.115)</u>
b) Por função				
Custo dos serviços prestados	(205.552)	(419.041)	(190.474)	(348.128)
Despesas operacionais	(27.279)	(60.596)	(23.499)	(43.987)
	<u>(232.831)</u>	<u>(479.637)</u>	<u>(213.973)</u>	<u>(392.115)</u>

## 22. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 27 de abril de 2023 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$11.330. O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Salário ou pró-labore	3.046	2.133	8.876	7.207
Encargos sociais	347	264	650	664
Benefícios diretos e indiretos	5	1	475	444
Participações nos resultados	-	1.785	1.487	2.779
	<u>3.398</u>	<u>4.183</u>	<u>11.488</u>	<u>11.094</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

## 23. Resultado financeiro líquido

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2023 a 30/06/2023	30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	30/06/2022	01/04/2023 a 30/06/2023	30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	30/06/2022
Receita financeira								
Rendimento de aplicação financeira	-	-	-	-	(284)	2.101	2.217	3.599
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	2.016	4.295	2.548	4.982	-	-	697	697
Perdão de dívida e encargos moratórios (i)	869	1.738	365	756	869	1.738	365	730
Outros juros e descontos obtidos	522	894	435	813	153	185	2.813	3.492
	<u>3.407</u>	<u>6.927</u>	<u>3.348</u>	<u>6.551</u>	<u>738</u>	<u>4.024</u>	<u>6.092</u>	<u>8.518</u>
Despesa financeira								
Juros e remunerações sobre debêntures	-	-	(311)	(944)	(9.108)	(21.412)	(17.770)	(18.645)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(1.240)	(2.572)	(1.086)	(2.191)	(27.912)	(53.755)	(53.914)	(95.230)
Atualização monetária - Excedente tarifário (ii)	-	-	-	-	(10.823)	(22.712)	(2.198)	(2.198)
Ajuste a valor presente - Provisão de Manutenção	-	-	-	-	(144)	(287)	(171)	(343)
Imposto sobre operações financeiras	16	-	(11)	(125)	18	-	(162)	(407)
Outros juros, multas e atualizações	(422)	(721)	(71)	(644)	1.573	(5.398)	(8.426)	(12.429)
	<u>(1.646)</u>	<u>(3.293)</u>	<u>(1.479)</u>	<u>(3.904)</u>	<u>(46.396)</u>	<u>(103.564)</u>	<u>(82.641)</u>	<u>(129.252)</u>
Resultado financeiro	<u>1.761</u>	<u>3.634</u>	<u>1.869</u>	<u>2.647</u>	<u>(45.658)</u>	<u>(99.540)</u>	<u>(76.549)</u>	<u>(120.734)</u>

(i) Perdão da dívida da Controladora refere-se China Construction Bank CCB/FINEP;

(ii) Atualizações decorrente o registro dos efeitos na controlada Concebra da atualização do excedente tarifário, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

## 24. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros:

	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	Garantia	Outros	Total LMI (i)
Concer	20.000	16.000	-	38.888	26.535	101.423
Concebra	10.000	20.000	375.962	-	4.895	410.857
Transbrasiliana	25.000	65.542	177.093	84.694	-	352.329
Triunfo	-	-	-	1.616	47.000	48.616
	<u>55.000</u>	<u>101.542</u>	<u>553.055</u>	<u>125.198</u>	<u>78.430</u>	<u>913.225</u>

- (i) O Limite Máximo de Indenização corresponde a 100% do valor das apólices. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

## 25. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da Companhia em 30 de junho de 2023 totalizam R\$ 2.571 (R\$ 7.906 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizam R\$ 3.472 (R\$9.201 no consolidado). As contribuições da Companhia no exercício findo 31 de dezembro de 2022 totalizam R\$ 2.140 (R\$ 7.082 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizam R\$3.019 (R\$ 8.382 no consolidado).

O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 31 de março de 2023 é de 426 participantes (417 participantes 31 de dezembro de 2022).

## 26. Instrumentos financeiros

### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
 Período findo em 30 de junho de 2023  
 (Em milhares de Reais)

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros consolidado da Companhia, apresentados nas Informações contábeis intermediárias:

	Nível	Valor Contábil		Valor justo	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
<b>Ativos Financeiros</b>					
Caixas e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 3)	2	42.049	57.580	42.049	57.580
Caixa restrito (nota explicativa nº 4)	2	7.957	7.312	7.957	7.312
Contas a receber (nota explicativa nº 5)	3	68.285	66.626	68.285	66.626
Indenizações a receber (nota explicativa nº 6)	3	33.282	33.282	33.282	33.282
Bens reversíveis e indenizáveis (nota explicativa nº 11)	3	1.239.621	1.392.102	1.239.621	1.392.102
<b>Total</b>		<b>1.391.194</b>	<b>1.556.902</b>	<b>1.391.194</b>	<b>1.556.902</b>
<b>Passivos Financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14)	2	1.315.319	1.386.337	1.257.626	1.318.650
Debêntures (nota explicativa nº 15)	2	306.246	279.935	306.246	279.935
Dividendos		9.509	3.536	9.509	3.536
Passivos de arrendamento		4.152	4.022	4.152	4.022
<b>Total</b>		<b>1.635.226</b>	<b>1.673.830</b>	<b>1.577.533</b>	<b>1.606.143</b>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos;
- Para os bens reversíveis e indenizáveis da controlada Concebra os valores contábeis são considerados equivalentes ao valor justo, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas presente no contrato de concessão, tais como estrutura robusta de garantia e marcos legais relacionados ao setor;
- O valor justo do financiamento da Concebra considera o perdão de dívida do Subcrédito B referente às parcelas vincendas até dezembro de 2024, a valor presente;
- Os demais empréstimos, financiamentos e debêntures são avaliados por custo amortizado, porém seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2023, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2023, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e consolidado)

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Transbrasiliana	CDI	4	3	2
Concebra	CDI	38	29	19
Rio Claro	CDI	175	131	88
CTVias	CDI	2	1	1
TPL	CDI	746	560	373
BRVias	CDI	387	290	193
Juno	CDI	1.688	1.266	844
R\$ 22.276 (*)		3.040	2.280	1.520
Taxa/índice sujeitos às variações (**)	CDI	13,65%	10,24%	6,83%

(\*) Saldos em 30 de junho de 2023 aplicados em CDB e Fundos DI;

(\*\*) Fonte BACEN.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2023

(Em milhares de Reais)

---

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de junho de 2023, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA projetados para o ano de 2022, foram definidos os cenários prováveis para o período e a partir destes, e calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2023. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 30 de junho de 2023 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
 Período findo em 30 de junho de 2023  
 (Em milhares de Reais)

Triunfo (Controladora e Consolidado)

			Triunfo (consolidado)		
			30/06/2023		
Operação	Valor	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Cédula de crédito bancário/FINEP - China Construction Bank	34.118	CDI	4.657	5.821	6.986
Cédula de crédito bancário - Avalista	1.551	CDI	212	265	318
Crédito Bancário - Banco ABC	22.621	CDI	3.088	3.860	4.632
Empréstimo Ponte - BNDES A e B	74.711	TJLP	5.230	6.537	7.845
Empréstimo Ponte - BNDES	1.168.680	TLP	103.762	129.702	155.643
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	1.801	CDI	246	307	369
R\$ 1.303.482 (*)	1.303.482		117.195	146.492	175.793
Transbrasiliana - 8ª Emissão de debêntures	306.246	IPCA	15.251	19.064	22.877
R\$ 306.246 (*)	306.246		15.251	19.064	22.877
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	CDI	13,65%	17,06%	20,48%	
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	IGP-M	(2,50)%	(3,13)%	(3,75)%	
Taxa/Índice sujeitos às variações (***)	TJLP	7,00%	8,75%	10,50%	
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	TLP	8,88%	11,10%	13,32%	
Taxa/Índice sujeitos às variações (***)	IPCA	4,98%	6,23%	7,47%	

(\*) Saldos em 30 de junho de 2023;

(\*\*) Fonte: BACEN;

(\*\*\*) Fonte: BNDES.

c) Análise de riscos

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades, mas não limitados a eles, são:

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Aproximadamente 50% das receitas das concessionárias de rodovias são recebidas à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%.

Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de preço e valor de mercado

A estrutura tarifária é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

### Risco regulatório

Desconsidera-se quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das rodovias. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a probabilidade é avaliada como remota.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Considera-se que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

### Gestão de capital

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. A Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa 14)	34.878	38.100	1.315.319	1.386.337
Debêntures (Nota 15)	-	-	306.246	279.935
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 3)	(72)	(52)	(42.049)	(57.580)
Caixa restrito (Nota 4)	-	-	(7.957)	(7.312)
Dívida líquida	34.806	38.048	1.571.559	1.601.380
Patrimônio líquido	760.673	911.429	763.771	917.043
Total do capital	795.479	949.477	2.335.330	2.518.423
Índice de alavancagem financeira - %	4,38	4,01	67,29	63,59

## 27. Informações por segmento

Nos segmentos operacionais consolidados da Companhia estão os seguintes negócios:

- Segmento Rodoviário: Concer, Rio Bonito, Dable, BR Vias Holding TBR, Transbrasileira e Concebra;
- Segmento Energia: Juno;
- Segmento Logístico: TPI-Log, TPB e TPL;

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2023

(Em milhares de Reais)

---

- Holding: a Companhia;
- Outros: Rio Claro, Netuno, Mercúrio, Minerva, ATTT, Concepa, Rio Guaíba, Econorte, Rio Tibagi, Convale, Ecovale, Vênus, CTVias e Urano.

A controlada em conjunto Tijoá, que atua no segmento de energia, são subsidiárias diretas da Juno e não são consolidadas pela Triunfo. A controlada em conjunto Aeroportos Brasil, que está enquadrada no segmento logístico, não é consolidada e seu investimento foi baixado pela Companhia no exercício de 2017 (vide nota explicativa nº 1.1, item iii).

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

A Companhia possui atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita:

	30/06/2023						Consolidado
	Rodovias	Energia	Porto	Outros	Holding	Eliminações (*)	
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	412.730	-	-	-	-	-	412.730
Custos dos serviços prestados	(419.041)	-	-	-	-	-	(419.041)
Lucro bruto	(6.311)	-	-	-	-	-	(6.311)
Receitas (Despesas) operacionais	(68.776)	(86)	(79)	(5.301)	(148.418)	162.064	(60.596)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(75.087)	(86)	(79)	(5.301)	(148.418)	162.064	(66.907)
Resultado financeiro	(104.183)	742	388	(121)	3.634	(1)	(99.541)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(179.270)	656	309	(5.422)	(144.784)	162.063	(166.448)
Imposto de renda e contribuição social	19.273	(121)	-	(4)	-	-	19.148
Lucro líquido das operações em continuidade	(159.997)	535	309	(5.426)	(144.784)	162.064	(147.300)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	2.516	2.516
Lucro líquido do exercício	(159.997)	535	309	(5.426)	(144.784)	164.580	(144.784)
Ativos totais por segmento	2.424.293	50.067	155.226	89.324	831.980	(754.942)	2.795.948
Passivos totais por segmento	2.048.706	27.343	41.170	8.377	71.308	(164.726)	2.032.177

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
 Período findo em 30 de junho de 2023  
 (Em milhares de Reais)

	01/04/2023 a 30/06/2023						Consolidado
	Rodovias	Energia	Porto	Outros	Holding	Eliminações (*)	
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	500.662	-	-	-	-	-	500.662
Custos dos serviços prestados	(190.474)	-	-	-	-	-	(190.474)
Lucro bruto	310.188	-	-	-	-	-	310.188
Receitas (Despesas) operacionais	(25.230)	(139)	(331)	(2.017)	109.067	(104.849)	(23.499)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	284.958	(139)	(331)	(2.017)	109.067	(104.849)	286.689
Resultado financeiro	(77.160)	74	(799)	(533)	1.869	-	(76.549)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	207.798	(65)	(1.130)	(2.550)	110.936	(104.849)	210.140
Imposto de renda e contribuição social	(100.268)	-	-	-	-	-	(100.268)
Lucro líquido das operações em continuidade	107.530	(65)	(1.130)	(2.550)	110.936	(104.849)	109.872
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	1.064	1.064
Lucro líquido do exercício	107.530	(65)	(1.130)	(2.550)	110.936	(103.785)	110.936

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
 Período findo em 30 de junho de 2023  
 (Em milhares de Reais)

	30/06/2022						Consolidado
	Rodovias	Energia	Porto	Outros	Holding	Eliminações (*)	
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	684.310	-	-	-	-	-	684.310
Custos dos serviços prestados	(348.128)	-	-	-	-	-	(348.128)
Lucro bruto	336.182	-	-	-	-	-	336.182
Receitas (Despesas) operacionais	(48.460)	(142)	(345)	(4.148)	75.550	(66.442)	(43.987)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	287.722	(142)	(345)	(4.148)	75.550	(66.442)	292.195
Resultado financeiro	(120.945)	88	(1.521)	(1.003)	2.647	-	(120.734)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	166.777	(54)	(1.866)	(5.151)	78.197	(66.442)	171.461
Imposto de renda e contribuição social	(95.272)	-	-	-	-	-	(95.272)
Lucro líquido das operações em continuidade	71.505	(54)	(1.866)	(5.151)	78.197	(66.442)	76.189
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	2.008	2.008
Lucro líquido do exercício	71.505	(54)	(1.866)	(5.151)	78.197	(64.434)	78.197
Ativos totais por segmento (31/12/2022)	2.613.551	48.751	154.000	62.420	985.348	(911.514)	2.952.556
Passivos totais por segmento (31/12/2022)	2.049.623	18.598	40.277	7.768	73.919	(154.672)	2.035.513

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
 Período findo em 30 de junho de 2023  
 (Em milhares de Reais)

	01/04/2022 a 30/06/2022					Eliminações (*)	Consolidado
	Rodovias	Energia	Porto	Outros	Holding		
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	500.662	-	-	-	-	-	500.662
Custos dos serviços prestados	(190.474)	-	-	-	-	-	(190.474)
Lucro bruto	310.188	-	-	-	-	-	310.188
Receitas (Despesas) operacionais	(25.230)	(139)	(331)	(2.017)	109.067	(104.849)	(23.499)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	284.958	(139)	(331)	(2.017)	109.067	(104.849)	286.689
Resultado financeiro	(46.481)	88	(1.011)	(280)	(17.940)	-	(65.624)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	238.477	(51)	(1.342)	(2.297)	91.127	(104.849)	221.065
Imposto de renda e contribuição social	(133.093)	-	-	-	46	-	(133.047)
Lucro líquido das operações em continuidade	105.384	(51)	(1.342)	(2.297)	91.173	(104.849)	88.018
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(10.545)	(10.545)
Lucro líquido do exercício	105.384	(51)	(1.342)	(2.297)	91.173	(115.394)	77.473

(\*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
 Período findo em 30 de junho de 2023  
 (Em milhares de Reais)

---

## 28. Compromissos das concessões

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

Os compromissos relacionados às concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

### a) Concer

A Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão e demais obras durante o contrato.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) que engloba parcialmente a NSS prevê investimentos e custos operacionais anuais. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1. item "i", a Companhia continua com suas atividades operacionais conforme liminares concedidas para reequilíbrio econômico do contrato. Os novos compromissos serão acordados entre o poder concedente e a Companhia.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão e aditivos como segue:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Receita de construção	8	50
Custo de construção	(8)	(50)
	<u>-</u>	<u>-</u>

### b) Concebra

A Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia - GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

No entanto, a controlada apresentou pedido de relicitação, conforme nota explicativa nº 1.1, que consiste na devolução amigável da concessão e, conseqüentemente, as obrigações junto ao poder concedente deverão sofrer alterações significativas até que o contrato seja encerrado em definitivo, principalmente em relação aos investimentos na rodovia. Também cabe ressaltar que a Concebra está desobrigada a cumprir os investimentos do PER por decisão da arbitragem que analisa os desequilíbrios do contrato de concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/06/2023	30/06/2022
Receita de construção	24.650	13.286
Custo de construção	(24.026)	(12.950)
	<u>625</u>	<u>336</u>

c) Transbrasiliana

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Os investimentos anuais remanescentes previstos no PER estão demonstrados abaixo:

Ano	Valor
2024	62.786
2025	34.647
2026	28.853
2027	19.073
2028 a 2033	195.791
	<u>341.150</u>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/06/2023	30/06/2022
Receita de construção	30.790	36.280
Custo de construção	(30.790)	(36.280)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Ressalta-se que, além dos compromissos descritos acima, as controladas Concer, Econorte, Concebra e Transbrasiliana não assumiram qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação das rodovias sob sua concessão.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas  
Período findo em 30 de junho de 2023  
(Em milhares de Reais)

---

## 29. Eventos subsequentes

### i) Reajuste tarifa de pedágio Transbrasiliana

Em 21 de julho de 2023 a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou o reajuste da tarifa básica de pedágio da controlada Transbrasiliana à data-base de 18 de dezembro de 2021, em 10,74% a partir do dia 28 de julho de 2023.

### ii) Acordão TCU - Relicitação

Em 02 de agosto de 2023 o Tribunal de Contas da União ("TCU") respondeu à consulta dos Ministérios de Portos e Aeroportos e dos Transportes referente à Lei 13.448/2017, que estabelece diretrizes para relicitação de contratos na área de infraestrutura, acerca da possibilidade de a União aceitar que uma concessionária desista da Relicitação e quais critérios deveriam balizar o processo de renegociação do contrato. O TCU respondeu, por meio do Acordão 1593/2023, que após a assinatura do termo aditivo de relicitação o Poder Concedente não pode revogar unilateralmente o termo aditivo de relicitação, mas, se as partes envolvidas concordarem e mediante o cumprimento de uma série de condicionantes, o contrato pode ser desfeito.